

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
LINHA DE PESQUISA: SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E EXCLUSÃO SOCIAL**

JÚLIA MUNIZ DE ALVARENGA

**ENTRE LUZES E SOMBRAS:
Narrativas no campo dos direitos das crianças e adolescentes**

Niterói

2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
LINHA DE PESQUISA: SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E EXCLUSÃO SOCIAL**

JÚLIA MUNIZ DE ALVARENGA

**ENTRE LUZES E SOMBRAS:
Narrativas no campo dos direitos das crianças e adolescentes**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense como requisito para futura obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Estudos da Subjetividade
Linha de Pesquisa: Subjetividade, Política e Exclusão Social

Orientadora: Maria Lívia do Nascimento

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

A473e Alvarenga, Júlia Muniz de
Entre luzes e sombras: narrativas no campo dos direitos das
crianças e adolescentes. / Júlia Muniz de Alvarenga ; Maria
Livia Nascimento, orientadora. Niterói, 2018.
82 f.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Niterói, 2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGP.2018.m.05662831742>

1. Psicologia Forense. 2. Infância e Juventude. 3.
Narrativas. 4. Subjetividade. 5. Produção intelectual. I.
Nascimento, Maria Livia, orientadora. II. Universidade Federal
Fluminense. Instituto de Psicologia. III. Título.

CDD -

JÚLIA MUNIZ DE ALVARENGA

ENTRE LUZES E SOMBRAS:

Narrativas no campo dos direitos das crianças e adolescentes

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense como requisito para futura obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA:

Professora Dra. Maria Lívia do Nascimento – Orientadora.
Universidade Federal Fluminense – UFF

Professora Dra. Marcia Moraes
Universidade Federal Fluminense – UFF

Professora Dra. Giovanna Marafon
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Dra. Eliana Olinda Alves
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro – TJRJ

AGRADECIMENTOS

Às crianças, adolescentes e suas famílias que dividiram um pouco de suas histórias comigo. Relatos esses que me atravessaram e afetaram de modo que a produção dessa dissertação se fez urgente.

À Maria Lívia Nascimento, pela orientação, principalmente por ter apresentado a prática de análise de implicação, processo imprescindível para a produção da dissertação. À banca, composta só por mulheres, as professoras Márcia Moraes, Giovanna Marafon e Eliana Olinda. À Márcia, por trazer, além de contribuições teóricas, narrativas potentes e feministas. À Giovanna e à Eliana que, para além do apoio essencial antes e durante o mestrado, são amigas e profissionais que eu tenho enorme carinho e admiração.

À professora Lidia Levy, mencionada em vários momentos no decorrer do trabalho - não à toa, pela supervisão e orientação cuidadosas durante o meu processo de formação profissional. Ao professor Auterives Maciel, pelo convite há 9 anos atrás para estudar filosofia, grande divisor de águas no meu percurso pessoal e profissional.

À turma de mestrado 2016, pela oportunidade de trocas tão importantes, em tempos tão difíceis. Em especial, o amigo Iuri Parente, pelo convite para essa aventura do mestrado. Às amigas Lis Amorim e Deborah Mandelblatt, grandes parceiras, que para muito além da experiência profissional da Contar, junto também com a Isadora Tostes, estão para o que der e vier comigo.

Às equipes técnicas que tive e tenho o prazer de trabalhar, entre assistentes sociais, psicólogos e pedagogas da 2ª Vara de Infância e Juventude e do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Em especial, a Aline Diniz, pelo apoio e orientação durante a especialização em Psicologia Jurídica, a Lícia Marques pela supervisão e a Tatiana Moreira pelas trocas e pelo debate no período do trabalho na Vara da Infância, o Saulo Oliveira pela orientação em relação ao desafiador trabalho no MP e a Laura Geszti por pensar comigo sobre a importância dos registros.

À minha mãe Janine Muniz, pela parceria, pelo cuidado e disponibilidade para me ajudar a qualquer momento. Ao meu pai Flávio Germano, pelas trocas de ideias e por me fazer gostar tanto de história(s). Ao meu irmão Flávio Muniz e minha cunhada Luciana Braga, pelo carinho durante esse processo.

À Regina Herzog que, enquanto analista, me ajudou a olhar para o processo de construção da minha história, também entre luzes e sombras, criando novas possibilidades no por vir.

Aos amigos: Lucas, Beatriz, Nathalia, Liliane, Luiza, Talita, Christiana, Julia, Pilar, Carina, Paula, Erica, Andreia e Isabel, pela amizade e pelo apoio de sempre. Por último e não menos importante, aos amigos de sambas e carnavais, por trazerem suavidades, “se não fosse o pandeiro, o ganzá e o tamborim...” (Jovelina Pérola Negra).

A todos vocês, o meu muito obrigada!

À Marielle, assassinada durante a escrita desta dissertação, por sua luta. Presente!

Ao João, O Contador de Histórias, por sua suavidade.

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo ampliar perspectivas sobre algumas narrativas presentes no campo dos direitos de crianças e adolescentes. Para tanto, colocou em análise algumas de minhas práticas profissionais neste campo. No primeiro momento, por meio da metáfora dos jogos de luzes, os processos de judicialização e normalização foram entendidos como holofotes direcionados às famílias atendidas. Nesse sentido, coube problematizar os atravessamentos das questões étnico-raciais, de classe social e de gênero no olhar sobre essas famílias. Diante das questões apresentadas, se fez urgente também uma análise da inserção nesse campo do profissional especialista, especialmente do psicólogo. Na segunda parte, com o objetivo de fazer sombra frente aos holofotes, seguindo uma direção distinta das narrativas hegemônicas, e a partir de diferentes análises sobre o processo de narração, buscamos parceria com Michel Foucault e sua noção de contra história e com Walter Benjamin e a ideia de leitura "a contrapelo". Tendo tais suportes como direção, o método de registro das histórias de vidas em álbuns é apresentado como um modo de construir narrativas diversificadas. Por fim, visando uma problematização mais ampliada, são apresentados os encontros com dois adolescentes em um serviço de acolhimento.

Palavras chaves: Psicologia Forense; Infância e Juventude; Narrativas; Subjetividades.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to broaden perspectives regarding narratives present in the field of the rights of children and adolescents. To this end, an analysis was made of my professional practice as a psychologist in this field. In the first part of the study, through a metaphor of “light games”, the processes of judicialization and normalization were taken as spotlights directed on the families attended. In dealing with the families, it was necessary to problematize the cross-referencing of ethnic-racial, social class and gender issues. In doing so, it was also essential to analyse the insertion into the situations encountered of a specialised professional, specifically the psychologist. In the second part of the study, with the objective of shading the spotlight, following a different direction from the hegemonic narratives, and based on different analyses of the process of narration, we seek partnerships with Michel Foucault and his concept of “against history” and with Walter Benjamin his idea of reading history “against the grain”. Having such theoretical supporters for direction, the methodology of registering life histories in albums is presented as a way to construct diversified narratives. Finally, with a view to a wider discussion, we present meetings with two adolescents in a shelter.

Key-words: Forensic Psychology; Childhood and youth; Narratives; Subjectivity

SÚMÁRIO

INTRODUÇÃO

OS JOGOS DE LUZES-----	09
------------------------	----

CAPÍTULO I: CLARÃO

AS FAMÍLIAS SOB AS LUZES DOS HOLOFOTES -----	26
--	----

1. O governo das famílias pobres e negras -----	27
---	----

2. A produção da mãe “negligente”-----	36
--	----

3. O psicólogo no campo dos direitos das crianças e dos adolescentes-----	43
---	----

CAPÍTULO II: AS SOMBRAS

ESPAÇOS PARA NARRATIVAS DIVERSIFICADAS -----	49
--	----

1. Contra histórias-----	50
--------------------------	----

2. O método de registro das histórias de vida em álbuns -----	56
---	----

CAPÍTULO III : OS LAMPEJOS DOS VAGALUMES-----	61
---	----

1. Um abrigo, muitas histórias-----	62
-------------------------------------	----

2. Meus encontros com Paulo-----	64
----------------------------------	----

3. Meus encontros com Ivone -----	67
-----------------------------------	----

CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	71
---------------------------	----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	75
----------------------------------	----

INTRODUÇÃO

OS JOGOS DE LUZES

“A escrevivência toma como inspiração a minha experiência individual, mas sempre confundida com o coletivo. As histórias que crio são marcadas pela minha maneira de olhar o mundo, mas também são profundamente marcadas e comprometidas com a existência e com o coletivo.” (Conceição Evaristo)

Os jogos de luzes em uma narrativa: em uma visita a um serviço de acolhimento do município do Rio de Janeiro, com situação muito precária, encontro um menino de 4 anos que vou chamar de João¹, o Contador de Histórias. João estava com o pé enfaixado, mas, mesmo assim, correndo e dançando pela casa. Quando perguntamos o que aconteceu com seu pé, ele começou a narrar: “Eu estava lá soltando pipa quando o vento levou a pipa, eu fui buscar a pipa, a pipa voou de novo, aí veio a raia”. Interrogo se foi nesse momento que ele se machucou. Logo retrucou: “Nããão... foi depois, porque a pipa voou né? Eu fui atrás dela e tinha um muro, eu fui pular o muro...” Pergunto então se ele se machucou pulando o muro e tenho como resposta “Nããão, foi porque eu caí depois voltando pra casa.” João sai saltitante e chega um educador do abrigo. Quando questionamos para profissional sobre o que aconteceu com o João, ele explicou-nos: “Ele teve uma celulite, foi grave, ficou internado quase um mês”. A arte de João de criar histórias - dar novos sentidos, tornar o que é duro em flexível - e ainda sair saltitando diante da precariedade de recursos materiais do abrigo, me atravessa: precisamos dar lugar a essas narrativas.

Assim começo a dissertação, relatando os diversos encontros: com as minhas histórias, com as histórias de outras pessoas e sempre atravessadas pelo contexto histórico e político do nosso país. As narrativas que serão apresentadas são efeitos dos jogos de luzes e sombras durante os encontros com o sistema de justiça, mais especificamente com o campo dos direitos das crianças e adolescentes.

Os encontros narrados no decorrer do texto evidenciaram feridas. Depois destes encontros, os domínios de existência se expandiram, causando efeitos diretos no modo como pensar os temas que serão aqui abordados. Tal processo assemelha-se a descrição sensível da performance *Secalharidade*(2012) de João Fiadeiro e Fernanda Eugénio sobre encontros:

O encontro é uma ferida. Uma ferida que, de uma maneira tão delicada quanto brutal, alarga o possível e o pensável, sinalizando outros mundos e outros modos para se viver juntos, ao mesmo tempo que subtrai passado e futuro com a sua emergência disruptiva. O encontro só é mesmo encontro quando a sua aparição acidental é percebida como oferta, aceite e retribuída. Dessa implicação recíproca emerge um meio, um ambiente mínimo cuja duração se irá, aos poucos, desenhando, marcando e inscrevendo como paisagem comum. O encontro, então, só se efectua – só termina de emergir e começa a acontecer – se for reparado e consecutivamente contra-efectuado – isto é, assistido, manuseado, cuidado, (re)feito a cada vez interminável. (EUGENIO e FIADEIRO, 2012, s.p)

¹ Os nomes utilizados são fictícios e os fragmentos do diário de campo são descritos de forma que não possibilite a identificação dessas pessoas.

A metáfora dos vagalumes do livro “A sobrevivência dos vagalumes” do Didi-Huberman (2014) propõe que quando temos um clarão, espaço cheio de holofotes, muitas vezes, apesar da quantidade de luz, podemos não conseguir enxergar. O excesso de luz cega, “os vagalumes desaparecem na ofuscante claridade dos “ferozes” projetores” (DIDI-HUBERMAN, 2014, p.30).

No clarão não é possível ver as pequenas luzes dos vagalumes. Assim como exemplificado por Didi Huberman(2014) sobre os projetores como as ondas do fascismo, utilizo a ideia aqui para descrever o momento político brasileiro em que cada vez mais e sem constrangimento, o racismo se faz presente e mata. Escrevo diante de um genocídio, em tempos de golpes do conservadorismo. Momento político esse que quase me adoce, mas, por outro lado, diante da presença de tantos movimentos cada vez mais organizados de grupos historicamente discriminados, percebo que ainda é possível pensar linhas flexíveis.

No meio do processo de escrita, no dia 14 de março de 2018, o assassinato da vereadora Marielle Franco no Rio de Janeiro. Uma mulher negra, socióloga, feminista, bissexual e militante dos direitos humanos. A vereadora era crítica à intervenção federal no Rio de Janeiro² e da Polícia Militar, denunciava constantemente abusos de autoridade por parte de policiais contra moradores de comunidades. O assassinato de Marielle foi um crime político, uma tentativa de calar a voz da mulher que conseguiu a quinta maior votação na eleição municipal de 2016.

Esse episódio histórico não pode deixar de ser mencionado nesse trabalho que se propõe a problematizar as práticas de controle e exclusão da população negra e pobre, e tentar trazer a importância de se criar espaços para narrativas diversificadas sobre eles e, principalmente, por eles. Nessa direção, falar sobre e com Marielle é imprescindível.

Essa é a primeira vez que tento nomear esse episódio. E olha, não é fácil. Recordo-me da angústia que senti naquela noite e que não me deixou dormir: "isso não pode ser real", pensava. No dia seguinte, ainda anestesiada, fui para o trabalho e parei alguns minutos na frente da banca de jornal, olhando as capas com a notícia. Parecia que escutava ao fundo a música Cálice do Chico: "Como beber dessa bebida amarga? Tragar a dor, engolir a labuta. Mesmo calada a boca, resta o peito. Silêncio na cidade não se escuta".

Após o assassinato, meu movimento foi me juntar às pessoas na rua, precisava do coletivo, com várias vozes juntas. Estava presente na manifestação do dia seguinte da

² O decreto da intervenção federal no Rio de Janeiro foi assinado pelo Presidente da República, Michel Temer, em 16 de fevereiro de 2018, com a justificativa de conter a violência.

execução e na semana seguinte. Andei e gritei junto, ainda não conseguia pensar sozinha sobre isso. Agora, ainda sem respostas conclusivas sobre esse episódio, inicio o processo de narração dessa experiência. A Marielle me atravessou e precisa continuar viva, agora, também, na minha dissertação.

A dissertação vem me trazer sombras. Precisamos de sombra para conseguir enxergar os lampejos dos vagalumes, a resistência.

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito da minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco uma ordem mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. (Anzaldúa, 2000, pg.232)

Meu objetivo ao narrar as minhas experiências em dispositivos cheios de linhas e agenciamentos, por meio da “escrivivência”, é utilizá-las como analisadores do campo dos direitos das crianças e dos adolescentes, retirando da perspectiva somente individual, para considerar as questões políticas e os jogos de forças desse campo.

“Escrivivência” é um termo criado pela escritora negra Conceição Evaristo que propõe que a escrita se dá colada a nossa vivência, seja singular ou coletiva. Para a autora, toda escrita é contaminada pela condição nossa no mundo, “de certa forma, todos fazem uma escrivivência, a partir da escolha temática, do vocabulário que se usa, do enredo a partir de suas vivências e opções” (EVARISTO, 2017, s.p).

Escrever é preciso em tempos em que só algumas histórias são contadas, seja pelo interesse dos poderes estabelecidos, que define o que deve vir à tona, ou porque algumas pessoas só estão vivas porque suas estratégias de resistência não foram ainda capturadas pelo sistema, como diria Negri e Hardt (2016) frente ao regime de segurança, “a fuga envolve não exatamente sair de cena, mas se tornar invisível” (p.60). Essa é a linha tênue em que me encontro, neste sentido, todo cuidado se faz necessário.

Cabe destacar de qual lugar eu falo: mulher, branca, classe média, feminista, pesquisadora e psicóloga trabalhadora do Sistema de Garantia de Direitos - SGD, mais especificamente do sistema de justiça. Condições essas que devem ser grifadas e sublinhadas para entender os episódios que vou relatar e que, em um primeiro momento, foram surpresas por trazer esse encontro de diferenças.

Tal problematização veio por meio da leitura do livro de Djamilia Ribeiro “O que é lugar de fala?” (2017), e da ideia de que “o lugar social não determina uma consciência

discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas.” (p.69)

(...)o debate é sobre a posição ocupada por cada grupo, entendendo o quanto raça, gênero, classe e sexualidade se entrecruzam gerando formas diferentes de experimentar opressões. Justamente por isso não pode haver hierarquia de opressões, pois sendo estruturais, não existe “preferência de luta”. É preciso pensar ações políticas e teorias que deem conta de pensar que não pode haver prioridades, já que essas dimensões não podem ser pensadas de forma separada. (RIBEIRO, 2017, p.71)

O contexto do qual faço parte, não me impede de falar sobre o assunto, mas com os encontros que vou relatar durante esse texto, pude me localizar e entender o lugar de privilégio em que me encontro e a responsabilidade que tenho diante dele.

Iniciei esse texto com certo estranhamento por me colocar radicalmente em primeira pessoa e sem utilizar sinônimos. Ao me questionar sobre essa dificuldade, percebi como minha escrita foi sendo moldada neste percurso do encontro da Psicologia com o Sistema de Justiça, mas que ainda há algo que reinsurge atravessando esse tipo de escrita, uma fala de afetos.

Conhecer diferenças, poder me abrir para diferentes formas de ver uma história e o criar histórias: interesses esses que me lançaram em várias experiências e agora nessa pesquisa.

Quando saio às ruas várias narrativas são criadas apenas a partir de um olhar, rápido relance para a expressão de um rosto desconhecido, sua postura e o contexto a sua volta. Pessoas essas pensadas a partir do cenário da cidade, como por exemplo, se estava parada no ponto de ônibus, minha questão era: “para onde será que ela está indo? Será que tem alguém a aguardando nesse destino?”.

No princípio da graduação em Psicologia, período de muitas mudanças, entre elas, a mais impactante: sair de Volta Redonda, cidade do interior do Rio de Janeiro, e passar a viver na capital. Os primeiros contatos com os espaços públicos, com as outras múltiplas formas de ser e de se relacionar e no meio de tantas novas informações, os contrastes sempre produziram em mim, diferentes afetos. No Rio de Janeiro encontrei muitas curvas, muitas nuances.

A cidade me contava novas histórias e me apresentava novas complexidades. No caminho entre Botafogo e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), tinha uma pequena frecha e uma brecha de acesso a outro contexto social. Tinha uma Dona Marta no meio do caminho. De dentro do ônibus quando olhava da janela só via uma amostra, mas, parada de outro ângulo do bairro, fazendo um panorama, pude ver o tamanho dessa

comunidade que contrastava com o Cristo Redentor e os altos coqueiros do Jardim Botânico. As diferenças étnicas - raciais estavam estampadas na cena, mas o racismo ainda aparecia um pouco encoberto nas relações e nas práticas.

O fascínio por histórias também contribuiu para, no período da graduação, me lançar na monitoria de História da Psicologia durante quase 3 anos junto com o professor Auterives Maciel, com o objetivo de problematizar como se formou esse saber. Instigada com a genealogia e convidada por este professor, fiz cursos de filosofia sobre a história do pensamento. Esse encontro com a filosofia ampliou ainda mais os domínios de existência: se a forma de pensar foi mudando durante o tempo, podemos pensar diferente agora também. Como diria Nietzsche(1999) sobre a história crítica: conhecer a história, revisitar o passado, para ter a possibilidade de fazer diferente no presente.

Ainda no período da graduação, diante de diferentes opções de atuação nos estágios supervisionados, escolhi participar do trabalho em um serviço de acolhimento com a descrição “realizar junto à criança/adolescente o registro de sua história de vida, a partir da elaboração de um álbum”, supervisionado pela professora Lidia Levy. O trabalho baseado no método criado pelo Instituto Fazendo História³ de São Paulo, porém com algumas adaptações, me pareceu uma chance de mergulhar em narrativas diversificadas.

O Fazendo Minha História tem como objetivo geral garantir meios de expressão para que cada criança ou adolescente que está em um serviço de acolhimento conheça e se aproprie de sua história passada e presente. Iniciou seu trabalho motivado pela necessidade de registrar e trabalhar as histórias de vida das crianças e adolescentes acolhidos, que muitas vezes se perdem no dia a dia das instituições. (INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA, 2013, p. 11)

O projeto ocorre em dois momentos: 1) a criação de uma biblioteca no abrigo, com um acervo de livros para, no momento de entrada dos colaboradores no serviço, promover atividades em grupo de mediação de leitura; 2) os encontros semanais entre a criança ou adolescente e seu colaborador, que duram uma hora, acontecem por um ano, a menos que o acolhido seja desligado do abrigo, devido à reintegração familiar, colocação em família substituta ou completado a maioridade, antes desse período.

Segundo o documento “Fazendo Minha História: Guia de Ação para Colaboradores (2008)” o colaborador:

³ O encontro com o Projeto Fazendo Minha História do Instituto Fazendo História ocorreu no ano de 2011 na disciplina de Estágio Básico ministrada pela professora Lidia Levy, por meio de palestra com representantes do instituto.

(...) é quem realiza o trabalho diretamente com as crianças ou adolescentes. Em encontros semanais, lê histórias, ouve histórias, propõe atividades de registros e monta o álbum junto com as crianças e adolescentes. Participa também das atividades de formação e avaliação do projeto. Ele pode ser um educador do abrigo, um estagiário de Psicologia, um profissional contratado ou um voluntário sem formação específica com uma supervisão técnica do Instituto ou do próprio abrigo. (FAZENDO MINHA HISTÓRIA, 2008, p.16)

O colaborador é previamente capacitado, por integrantes do projeto, nos primeiros encontros e, se selecionado, inicia o trabalho voluntário com supervisões mensais com profissionais de referência do instituto. N/os encontros individuais do colaborador com a criança ou adolescente, além da leitura de livros, são realizadas atividades lúdicas com desenhos, fotografias, colagens, pinturas, entre outras, que comporão o álbum de sua história de vida.

Conforme exposto anteriormente, o meu primeiro encontro com o método de registros das histórias de vidas em álbuns, foi por meio da disciplina de estagio supervisionado e teve a duração de 6 meses. Sendo assim, foram realizadas adaptações nesse modelo e iniciamos diretamente no que seria o segundo momento do método.

Cabe destacar que, diferente do perfil diversificado dos colaboradores quando capacitados pelo projeto, nosso grupo era formado apenas por graduandos em Psicologia, iniciando a formação para serem futuros especialistas. Tal fator traz questões importantes a serem consideradas quando analisados esses encontros.

Novo território, novo assunto, diferentes pessoas. Era um abrigo no Rio de Janeiro, na modalidade casa-lar, cerca de quatro casas, cada uma delas com uma média de 6 crianças/adolescentes e uma educadora social. Aquele espaço contava uma história, a história das instituições de acolhimento: apesar dos grandes avanços na legislação, como a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, a cultura do internamento permanecia, oposto à ideia do acolhimento, da estrutura do abrigo à sua prática, com poucos espaços de expressão das histórias de vida daquelas crianças e adolescentes.

Entre os motivos que levam à medida de proteção de acolhimento institucional estão: violência física ou sexual, abandono, negligência, trabalho infantil, exploração sexual, entre outras. Diante de situações que, à primeira vista, parecem muito graves, na minha percepção inicial, moldada para pensar naquele lugar como espaço de crianças/adolescentes com histórias tristes, já que haviam passado por situações de violências. O preconceito, neste sentido, foi quebrado e pude perceber que as histórias de vida daqueles meninos e meninas

eram marcadas ora por situações difíceis, ora com situações divertidas, afetos alegres e tristes, mas também cheias de possibilidades no aqui, no agora e no por vir.

Entre os álbuns construídos junto com os acolhidos, recordo-me dos registros realizados junto ao Paulo, um menino de 12 anos. Nesse trabalho com ele aprendi que algumas histórias só são possíveis de serem contadas a partir do vínculo entre o narrador e o ouvinte. Só é possível contar uma história considerando para quem você está direcionando sua narração. Com este menino foi assim, depois de muitos encontros, somente no dia em que, após uma aposta, eu subi em uma árvore, ele me considerou merecedora de conhecer mais sobre ele.

Ainda no trabalho de registro em álbuns, Ivone, uma adolescente de 13 anos, demonstrou que, dependendo do contexto, sua forma de olhar para o passado pode ser diferente, quando, após seis meses, a mãe que a chateou em um momento de sua vida, pode ganhar um lugar mais tarde em sua árvore genealógica.

Atravessada por essas experiências, resolvi conhecer mais sobre o Projeto Fazendo Minha História e em 2012 participei da capacitação de voluntários promovida pelo Instituto Fazendo História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Iniciei, ainda neste ano, junto a outros colaboradores com diferentes formações, em outro serviço de acolhimento da cidade do Rio de Janeiro. Nesse período acompanhei por quase 9 meses, um menino de 10 anos, Zeca.

A história de Zeca me provocou pensamentos sobre qual o trabalho que os profissionais dos serviços de acolhimento realizam para investir no retorno das crianças e adolescentes para suas famílias. Zeca, entre os 6 irmãos, era o único que estava acolhido em um abrigo. Seus registros no álbum davam lugar a sua indignação por ser o único que estava ali, porém também foi o espaço para falar de seus desejos e seu projeto de retornar para sua casa junto a seus pais e seus irmãos.

Com vontade de conhecer outras histórias a partir de contextos sociais diferentes, em 2014, resolvi trabalhar por três meses em uma entidade de acolhimento em Lima, no Peru. A partir das informações que eu tinha acerca da situação econômica deste país, sendo um país com notícias de dificuldades econômicas, pensei que as políticas públicas para a Infância e Juventude seriam escassas, bem como os serviços de acolhimento institucional seriam precários. Mais uma vez uma surpresa, não só no que se refere à estrutura do abrigo, mas, também, aos discursos dos profissionais engajados nas questões sociais. Tratava-se de uma instituição de acolhimento para crianças de ambos os sexos e que recebia, também, casos que envolviam questões de saúde mental, neurológicos e deficiências físicas. O trabalho

voluntário consistia em realizar, junto às crianças do abrigo Hogar Arco Iris, atividades coletivas e individuais.

O desafio agora era: contar e escutar histórias em outra língua que, até então, eu pouco dominava. Pois bem, nessa viagem aprendi que não é preciso entender o significado de cada palavra para entender histórias - as histórias podem ser contadas pelas expressões, pelo corpo. Percebi isso na experiência de acompanhar nesses três meses Ruan, um menino de 9 anos, que, segundo os relatos, seria autista.

Entre as atividades que participávamos, havia passeios a museus, praças e as praias de Lima. Ruan nunca havia entrado no mar. De início pensei que ele tinha medo porque segurava minha mão e me carregava junto com ele na sua aventura de encostar o pé na água e correr quando a onda vinha. Mas, após muitas horas nesse movimento, foi possível apreender que ele estava se apresentando e conhecendo o mar, esse misterioso conjunto de águas que uma hora vem e outra hora vai. Apenas no terceiro dia de praia, ele mergulhou e eu mergulhei junto ao acompanhá-lo nesse processo, enquanto contava para o mar sobre sua história.

Após estes primeiros contatos com essas questões do campo da assistência, no último ano da faculdade, nova oportunidade: conhecer essas histórias a partir de outro lugar, a Vara de Infância, da Juventude e do Idoso⁴. O objetivo deste trabalho era realizar atendimentos de processos de guarda, reintegração familiar, destituição do poder familiar, adoção e habilitação para adoção, a fim de realizar um estudo psicológico para subsidiar as decisões do Juiz(a) de Direito.

A ordem mudou, antes de conversar com a família e a criança ou adolescente, ocorria a leitura de diversos documentos: representação do Ministério Público⁵, defesa⁶ da Defensoria

⁴ Atualmente existem 4 (quatro) Varas de Infância, da Juventude e do Idoso - VIJI no município do Rio de Janeiro e cada uma com delimitação dos bairros de abrangência. No período em que realizei o estágio, não havia uma divisão entre a 1ª VIJI e 2ª VIJI e a equipe técnica atendia os casos dos seguintes territórios: Santo Cristo, Caju, Saúde, Gamboa, Aeroporto, Castelo, Centro, Fatima, Lapa, Praça Mauá, Rio Comprido, Estácio, Cidade Nova, Catumbi, Botafogo, Cosme Velho, Catete, Gloria, Flamengo, Laranjeiras, Urca, Humaitá, Copacabana, Leme, Gávea, Leblon, Lagoa, Jardim Botânico, Ipanema, Vidigal, São Conrado, São Cristóvão, Vasco da Gama, Benfica, Mangueira, Tijuca, Alto da Boa Vista, Praça da Bandeira, Vila Isabel, Andaraí, Maracanã, Grajaú, Todos os Santos, Cachambi, Engenho de Dentro, São Francisco Xavier, Rocha, Meier, Riachuelo, Sampaio Correia, Lins de Vasconcelos, Engenho Novo, Abolição, Água Santa, Encantado, Jacaré, Piedade, Pilares, Paquetá, Santa Tereza, Barra da Tijuca, Joá, Recreio dos Bandeirantes, Vargem Grande, Grumari, Itanhangá, Camorim, Vargem Pequena, Rocinha, Ramos, Manguinhos, Olaria, Bonsucesso, Brás de Pina, Penha, Penha Circular, Del Castilho, Engenho da Rainha, Inhaúma, Higienópolis, Maria da Graça, Tomás Coelho, Zumbi, Cacuia, Pitangueiras, Praia da Bandeira, Cocotá, Bancários, Tauá, Galeão, Moneró, Portuguesa, Jardim Guanabara, Cidade Universitária, Freguesia (Ilha), Jardim Carioca, Ribeira, Anchieta, Ricardo de Albuquerque, Guadalupe, Parque Anchieta, Pavuna, Coelho Neto, Acari, Barros Filho, Costa Barros, Parque Columbia, Jacarezinho, Vieira Fazenda, Complexo do Alemão, Vila Esperança, Vila do Joao, Vila do Pinheiro, Conjunto Pinheiros, Praia de Ramos, Timbau, Mare, Marcilio Dias, Baixa do Sapateiro, Nova Holanda, Rubens Vaz, Parque União, Roquete Pinto, Vigário Geral, Jardim América, Parada de Lucas, Cordovil.

⁵ Investigação instaurada, substanciada por provas apresentadas a este órgão.

⁶ Resposta à denúncia realizada pelo Ministério Público.

Pública ou de advogado particular, relatórios do Conselho Tutelar e de diversos serviços das áreas de saúde, assistência e educação. Diferentes atores do Sistema de Garantia de Direitos trazendo de maneiras diferentes as histórias daquela família. Nessa experiência percebi que os diferentes discursos pouco transmitiam sobre os modos de vida do público atendido, dando pouco espaço para o relato de suas lembranças, percepções do presente e para suas perspectivas de futuro.

Nesse espaço, as leituras dos documentos, antes de atender a família, influenciavam a minha escuta, bem como o lugar que essas famílias ocupavam nos processos interferia diretamente no que podia ser contado. Algumas pessoas chegavam à Vara de Infância com um enorme constrangimento, pois, diante da perspectiva moral, se foram denunciadas, realmente fizeram algo de errado. Outras, não aceitavam esse lugar de que um outro, de fora, pudesse dizer se o que fez seria ou não errado, e logo questionavam: “Por que estou aqui?”.

Após alguns atendimentos a esses processos e a experiência de troca com colegas de trabalho, pude analisar essas reações como diferentes formas de expressar uma resposta a um sistema que insiste em controlar suas vidas. Diante dessas problematizações, comecei a questionar: Qual o lugar do psicólogo no sistema de justiça? Como podemos, durante o atendimento, tentar diminuir o impacto da lógica dominante sobre essas famílias?

No que se refere especificamente à prática do profissional de psicologia nessa área, é necessária uma atuação que considere as questões sociais das famílias. A este respeito, o texto “Processos Psíquicos e Poder”, Martín-Baró(2014) aborda a importância de uma psicologia política da vida política nas áreas que se evidenciam as questões sociais.

Assim, para evitar a reprodução de uma psicologia da política que é apenas mais um discurso ideológico a serviço da ordem estabelecida em nossos países latino americanos, é necessário construir uma psicologia política da vida política, isto é, uma psicologia sobre a política que é consciente de seus condicionamentos sociais e que, ao invés de assumir uma suposta assepsia científica, parte de uma consciência clara de seus pressupostos, de sua inserção social e portanto, das possibilidades e dos limites de sua própria perspectiva. Neste sentido, não podemos nos contentar com a aplicação direta de teorias e modelos psicológicos já elaborados no âmbito da política (MARTÍN-BARÓ, 2014, s.p)

A partir desta ideia, podemos pensar que, tanto as mudanças na legislação quando o discurso jurídico propõe a ideia de “proteção”, quanto o discurso técnico, especialmente o da Psicologia, quando se limita à perspectiva individual dos casos, podem reforçar os estigmas e concomitantemente as práticas de exclusão, caso não ocorra uma análise mais ampla das questões políticas e sociais. Porém, quando há uma análise do profissional sobre sua prática

dentro do conjunto de forças desse campo de encontro entre a psicologia e o direito, a atuação pode contribuir para uma ruptura com a lógica do sistema quando, apesar das capturas, há uma constante problematização sobre o papel do psicólogo nos atendimentos as famílias.

Os atendimentos realizados junto a Teresa, uma mulher negra, e sua família me ajudaram a pensar sobre isso. A jovem vinha de outro estado, na tentativa de “refazer” a vida - orientação dada pelo judiciário de sua cidade após ter as duas filhas afastadas dela, uma colocada em um abrigo e a outra com a avó paterna da criança.

Teresa relata que saía muito a noite e deixava as filhas com uma tia. A avó paterna de uma de suas filhas, ao saber que as crianças à noite não estavam sob seus cuidados, foi ao conselho tutelar fazer a denúncia, relatando que as crianças estavam em uma situação de risco. Após dois dias, ocorre uma busca e apreensão e as meninas são retiradas da mãe. Uma de suas filhas é colocada em um abrigo, enquanto a outra a avó ficou com a guarda.

Durante os atendimentos, escutei: “Julia, você acha certo alguém tirar os filhos de outra pessoa assim? Ninguém falou comigo antes de tomarem minhas filhas. Minhas filhas agora estão separadas de mim e a minha pequena está no abrigo. Eu já passei por um abrigo, sei como é difícil, eu não quero isso para ela”. Teresa começa a chorar e desabafa: “Você é a primeira pessoa que está escutando a minha história.”

Senti muita responsabilidade com esse relato. De fato, nos documentos anexados ao processo não havia o registro sobre essa versão de Teresa, somente o relatório da denúncia realizada pela avó. E agora? Como transmitir para um operador da justiça, em um parecer, os afetos que vão além desse relato em palavras? É preciso expor esses afetos para garantir uma visibilidade para essa versão? Como escrever a história de Teresa? Essas perguntas sempre me rondaram: como dar voz as essas histórias considerando que estes documentos, análises técnicas, contribuíram para uma decisão do juiz sobre a vida dessas pessoas e que elas vão ficar guardadas no processo? Questões ainda não respondidas que se tornaram motores éticos e políticos para permanecer naquele espaço: O que eu preciso e o que eu devo transmitir?

Essa experiência também me gerou outra angustia: ao atender esses casos específicos percebi que o problema era muito mais amplo do que aquelas situações individuais: o olhar punitivo para essas famílias estava por toda a rede, dos serviços responsáveis pela promoção de direitos (serviços de saúde, assistência, educação...) aos responsáveis pela defesa dos direitos (sistema de justiça, conselho tutelar...). A nossa sociedade como um todo, pune essas famílias.

Paralelo ao trabalho na Vara de Infância e Juventude, em 2014 iniciei minha participação na pesquisa intitulada “A preparação psicossocial de postulantes à adoção sob a ótica dos adotantes”⁷. O projeto de pesquisa era baseado nas reuniões mensais, denominadas por lei de preparação psicossocial, com pessoas ou casais interessados em adotar. Com o objetivo de mapear as principais dificuldades envolvidas neste processo pela ótica dos adotantes.

Durante o ano que observei as reuniões, uma cena específica me ajudou a refletir sobre a dificuldade, no processo de colocação em família substituta, dos pretendentes a adoção lidarem com a história pregressa das crianças e adolescentes, que inclui a família biológica e/ou outras figuras importantes da vida deles. Em um dos encontros a coordenadora propôs a leitura de uma carta deixada por uma mãe solicitando que as pessoas que fossem adotar seu filho, pudessem transmitir aquela mensagem a ele. A genitora falava do amor que tinha pelo filho e justificava sua entrega para adoção. Durante a leitura da carta em voz alta, foi possível observar a emoção e a angústia dos habilitandos diante daquela mensagem. Ao final, foi lançada a seguinte questão: “E aí? O que vocês fariam com essa carta?”. As pessoas pareciam tensas, quando, com um tom de voz atrapalhado, um homem responde: “eu queimaria”. A partir desse desabafo, observamos nos rostos dos presentes, um alívio. A vontade de muitos se fez representada com esta fala, não devido a uma falta de sensibilidade, mas por se sentirem ameaçados por esta história. Diante deste cenário, foi possível abrir um espaço de discussão sobre esse medo e pensar em grupo, maneiras de lidar com ele.

Após a conclusão da graduação, ainda precisando dar lugar para essas questões, junto com mais duas colegas, Deborah Mandelblatt e Lis Amorim, que também participaram do trabalho com o método do Projeto Fazendo Minha História, em parceria com o referido instituto, resolvemos iniciar uma formação de colaboradores e a implementação do método em um abrigo do Rio de Janeiro.

História requer construção. Tínhamos uma base: nossa amizade e o atravessamento pela experiência com as histórias daquelas crianças e adolescentes do abrigo. A ideia se concretizou quando estávamos saindo da ocupação de uma escola pública⁸, após uma

⁷ Pesquisa coordenada pela professora Lidia Levy de Alvarenga. Iniciada em 2014 após parceria estabelecida entre a universidade PUC- Rio e a 1ª Vara de Infância, Juventude e do Idoso.

⁸ As ocupações das escolas públicas tiveram início em 2015 como um movimento social dos adolescentes e jovens secundaristas em diferentes cidades brasileiras. No Rio de Janeiro as ocupações tiveram início em maio de 2016, como apoio à greve dos professores, teve como principal assunto os gastos dos governos estadual e municipal com os megaeventos Copa do Mundo de Futebol, 2014, e Olimpíadas, 2016. Com o desenvolvimento das discussões, começaram a surgir novas pautas. Em outubro, as ocupações tinham como debate o congelamento das verbas para a educação e ampliaram também para as questões internas das escolas, como

atividade que envolvia contar a história daquele momento político junto aos adolescentes. A partir daí disparou, criamos um nome para nosso grupo: Contar – Construindo Narrativas e Trabalhando com Acolhimento em Rede. Para além da sigla do nome, a Contar tem enquanto objetivos principais de trabalho: contar histórias - a partir da mediação de leitura dos livros e do encontro entre a criança/adolescente e colaborador, como também, possibilitar a emergência de novas histórias com a parceria dos profissionais do abrigo.

Em Jacarepaguá, em um abrigo para adolescentes, iniciamos o trabalho: formação de colaboradores, campanhas de arrecadação de livros para a criação de biblioteca dentro do abrigo, crianças e adolescentes envolvidos no trabalho, profissionais da instituição participantes, reuniões e supervisões.

No dia em que apresentamos o projeto para os adolescentes, para levantar a informação sobre quem gostaria de participar, percebemos uma desconfiança nos olhares, quando um deles, Antonio, testando até que ponto aquele espaço de elaboração do álbum seria deles, perguntou: “Eu gosto de Funk, posso colocar um Funk no álbum?” e em seguida respondemos “ Sim, se você gosta de Funk e é importante para você, tem que colocar”. Estranhamento por parte deles, pois em muitos abrigos o trabalho de voluntariado aparece muitas vezes a partir de iniciativas de cunho assistencialista e muitas vezes religioso, condições nas quais o funk não teria lugar.

Após essas novas experiências, retomando para o campo do Sistema de Justiça, iniciei, ainda em 2016, e permaneço até hoje como psicóloga da equipe técnica do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude⁹, no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. A intervenção se faz a partir da análise do fomento das políticas públicas direcionadas para a Infância e Juventude incluindo as áreas infracional e não infracional, através de assessoramento técnico à luz da Psicologia, a partir de visitas institucionais e/ou domiciliares e da realização de estudos psicológicos, pesquisas e levantamentos, visando à avaliação da execução das políticas públicas.

A atuação parte da compreensão dos sujeitos na sua totalidade sócio-histórica, propondo sugestões de ações que visem à garantia dos direitos da população infanto-juvenil, envolvendo a promoção e proteção dos direitos, nas situações de violação desses direitos e a criação de estratégias que fomentem a facilitação da expressão das famílias como protagonistas de suas histórias.

direções autoritárias, geralmente não eleitas pela comunidade escolar e que impunham restrições à organização dos estudantes em grêmios, até as péssimas condições das instalações escolares.

⁹ A equipe técnica é composta por profissionais da Psicologia, Serviço Social e Pedagogia.

Atuar na macropolítica, uma das práticas mais difíceis que enfrentei e continuo enfrentando: a rede adoecida me adoce. No Ministério Público começo a narrar outras histórias, ou as mesmas, mas de outro ângulo. A ampliação da perspectiva dos direitos da criança e do adolescente com a inclusão da área infracional¹⁰, trouxe uma importante reflexão: muitas das crianças e adolescentes que passam pelos serviços de acolhimento, pela continuidade da violação dos seus direitos e da perspectiva punitiva, podem passar a integrar também o sistema socioeducativo, quando adolescentes. Apesar da separação dentro do próprio sistema de justiça dessas duas áreas, não infracional e infracional, a oportunidade de trabalhar no Ministério Público com ambas, me permite uma visão mais integrada da lógica de funcionamento do campo dos direitos da criança e do adolescente.

Cabe ressaltar o momento em que ao mesmo tempo exerço esse trabalho e escrevo essa dissertação: um grande sucateamento da rede pública (assistência, saúde e educação) e o abandono (nas esferas municipal, estadual e federal) das políticas sociais, em prol de um retorno da política assistencialista e da terceirização, bem como de parcerias público privadas. O público alvo dessas políticas sociais é atingido drasticamente, haja visto o aumento da população de rua e das famílias em situação de miséria. Como efeito temos o maior envolvimento de crianças e adolescentes em atos infracionais, unidades de atendimento socioeducativo superlotadas e com situações indignas e serviços de acolhimentos com um alto número de crianças e adolescentes afastados de suas famílias, precarização do trabalho dos profissionais que os atendem, bem como, escassez no fornecimento de materiais.

Diante desse colapso, me sinto testemunha de jogos de forças nos quais predominam processos de exclusão social e com a responsabilidade de registrar o absurdo. Como fazer o registro desse momento histórico e político? Ao escrever esses relatórios, penso, para além da função de assessorar o(a) Promotor(a) de Justiça para a possível atuação do mesmo junto à política pública, na ideia de testemunha e na problematização acerca da importância desses registros para depois, na retomada desse passado, essa transmissão possa ajudar a não repetir essa história, e sim pensar novas possibilidades no presente (GAGNEBIN, 2009).

Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-

¹⁰ As Promotorias de Justiça da área infracional tem como atribuição os(as) adolescentes que cometeram algum ato infracional. Entre as atribuições das promotorias, estão: conhecimento – avaliação do ato infracional e da necessidade de representação do(a) adolescente; execução – o acompanhamento e reavaliação da medida, seja ela internação, semiliberdade ou meio aberto; tutela coletiva – acompanhamento das unidades socioeducativas.

lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente.
(Gagnebin, 2009, p.57)

Entre as possibilidades de atuação do Ministério Público, no que se refere mais especificamente às entidades de acolhimento, a vistoria ocorre por meio de visitas técnicas em que conhecemos o trabalho desenvolvido pelos profissionais (coordenação, equipe técnica e educadores) a partir de alguns pontos elencados. Entre nossos focos de atenção, priorizamos, em 2017, os registros das histórias de vidas das crianças e adolescentes, por entender que, diante do processo de institucionalização, essa prática pode garantir um espaço mais individual de expressão e um olhar para as especificidades de cada criança.

Para além da prática profissional, as questões com que trabalho, permanece quando saio do Ministério Público, elas estão por todos os lugares, estão na rua e nos discursos:

Cena 1:

Voltando do trabalho de ônibus, um grito. Todos assustados. Viro para trás e uma moça, em estado de choque, comunica que seu celular foi roubado, pela janela, por um menino. A angústia atingiu a todos. Definitivamente, a ideia que algo pode ser tirado de você de repente é assustadora e dá raiva. A noção da fragilidade toma lugar, as expressões faciais mudam, e, logo em seguida, começam os comentários: "ao invés de usar essa agilidade para trabalhar, ficam roubando" "Tem que matar esses meninos". Puxo o sinal, preciso descer.

Cena 2:

Restaurante árabe, esperando a comida ficar pronta para levar para casa, eis que chega Nelson com suas bananadas: "tia, me ajuda? compra uma bananada?", como resposta, pergunto se Nelson quer comer alguma coisa. Entre kibes e molho de alho, o menino de 11 anos me conta que estava vendendo bananadas desde as 9h da manhã e precisava acabar de vender para retornar para casa. O menino mora com a família no Jacarezinho. Nelson gosta de soltar pipa e me explica, com detalhes, como se faz uma. Quando pergunto se está estudando, ele, de boca cheia, diz que sim, mas que está de férias e precisa ajudar em casa. Me despeço de Nelson e falo para ter cuidado na volta.

Uma cena seguida da outra. Cenas vistas por uma mesma pessoa, que, com seus atravessamentos pessoais e profissionais, narra essas histórias e reflete, com muitas perguntas: E se imaginássemos que o primeiro menino podia ser o Nelson? E se analisássemos quantos

direitos de ambos os meninos foram violados? Qual o nossa implicação nesse sistema violento? É preciso analisar o poder dos discursos.

Os João`s, Paulo`s, Ivone`s, Teresa`s, Ruan`s, Zeca`s, Antonio`s, Nelson`s e muitos outros, me ensinaram que é preciso suavizar para continuar. Em busca de sombras e luzes de vagalumes, a pesquisa busca problematizar as várias narrativas encontradas nos documentos que compõem um processo jurídico, onde as histórias de vidas das crianças e adolescentes que passam pelo acolhimento institucional são contadas muitas vezes somente por meio de relatórios de diversas equipes técnicas (serviços de acolhimento institucional, vara de infância e adolescência, conselho tutelar, escola...), ata de audiência, defesas e representações. Como também abordar a importância de favorecer o protagonismo dessas crianças e adolescentes que residem nesses serviços de acolhimento.

É visando estratégias que favoreçam esse protagonismo que emerge o procedimento da presente pesquisa. O trabalho foi realizado pela análise dos diários de campo das minhas experiências nesses espaços do sistema de justiça, bem como, por meio dos registros em álbuns, método do Projeto Fazendo Minha História. Diferentemente dos documentos que compõem o processo jurídico - mais preocupado em atingir a verdade dos fatos – é importante pensar em espaços abertos para as narrativas das crianças e dos adolescentes. Entre as possibilidades de intervenção, o processo de construção dos álbuns foi pensado como uma possível maneira de criação destes espaços.

O objetivo foi analisar minhas práticas nesses meios, considerando o campo de força presente nessas atuações. "A política não se situa no polo oposto ao de nossa vida. Desejamos ou não, ela permeia nossa existência, insinuando-se nos espaços mais íntimos." (DAVIS, 2017, p.54). Conforme propõem Cecília Coimbra e Maria Livia Nascimento (2008) sobre análise de implicações:

Ao tomarmos a análise de implicações como um dispositivo, estamos recusando os universalismos, as totalizações e unificações e afirmando as processualidades, singularidades e multiplicidades. Para tanto, é fundamental que possamos empreender uma análise constante e cotidiana dos lugares por nós ocupados e das forças que nos atravessam e nos afetam em diferentes momentos, não somente em nossos trabalhos de intervenção como também em nossas vidas. (COIMBRA e NASCIMENTO, 2008, s.p)

Tal maneira de pensar as práticas e o lugar que ocupamos no campo de força, possibilita um cuidado com o que Lourau (2004) nomeou como práticas sobreimplicadas, em

que o profissional, devido a um conjunto de forças, não realiza uma análise das demandas que são propostas a eles.

Para pensar sobre as questões apresentadas nesta introdução, no primeiro capítulo “As famílias sob as luzes dos holofotes” tomei como parceiros de análise Foucault, Mbembe, Agamben e seus comentadores, com o objetivo de problematizar a perspectiva punitiva que incide sobre as famílias pobres e negras, principal população atendida nos espaços da assistência e do judiciário aqui referidos. As análises foram feitas levando-se em consideração os processos de normalização e judicialização, perceptíveis nos documentos presentes nos caminhos jurídicos. Também é abordada, em diálogo com as ideias da Angela Davis, dentro do campo de força analisado, a questão de gênero, considerando que as mulheres são, quase que exclusivamente, responsabilizadas pelas supostas violações de direitos de seus filhos. A fim de entender o lugar do psicólogo no sistema de justiça, também são discutidos os efeitos da perspectiva dos especialistas sobre essas famílias e como o discurso deste profissional pode reforçar a lógica hegemônica ou produzir flexibilizações importantes no encontro com os operadores de justiça.

No intuito de problematizar essas práticas e pensar diferentes linhas de força, no segundo capítulo “As sombras: espaços para narrativas diversificadas”, a partir das ideias de “contra-história” de Foucault e de leitura “a contrapelo” de Walter Benjamin, são apresentadas análises de narrativas, considerando os jogos de poder envolvidos. Ainda neste capítulo, a prática do registro em álbuns como método do Projeto Fazendo Minha História é discutida, com o objetivo de sugerir outro modo de narrativa diferente daqueles que compõem um processo jurídico, como possibilidade de favorecer o protagonismo das crianças e adolescentes, que de algum modo têm suas vidas atravessadas pelo processo de judicialização.

Por último, no capítulo “As luzes dos vagalumes”, a partir do meu diário de campo do trabalho desenvolvido com adolescentes no abrigo Aldeias Infantis SOS, colocarei em análise encontros com as histórias de vida de adolescentes acolhidos no referido abrigo, para pensar a relevância da criação de espaços diferenciados de registros e narrativas.

CAPÍTULO I: CLARÃO

As famílias sob as luzes dos holofotes

“O que mais amedrontava aos moradores seria cáírem nas armadilhas da sina. Se cáíssem, suas vidas se transformariam em previsibilidade e miséria, fixando-os na retidão do destino. Todo cuidado seria pouco.” (Luis Antonio dos S.Baptista, 2001, p.197)

O governo das famílias pobres e negras

Com negros torsos nus deixam em polvorosa
A gente ordeira e virtuosa que apela
Pra polícia despachar de volta
O populacho pra favela
Ou pra Benguela, ou pra Guiné
(Trecho da música “Caravanas”
de Chico Buarque de Holanda)

No Brasil, até final do século XIX as instituições nomeadas de orfanatos destinavam-se a crianças e adolescentes em situação de abandono ou que eram considerados um risco para a sociedade - público alvo: famílias pobres e negras. No início do século XX, com criação do Juizado de Menores, as crianças e adolescentes acolhidos neste tipo de instituição eram direcionados para trabalharem em casas de família e no meio rural - público alvo: famílias pobres e negras. Em 1940 é criado o Serviço de Assistência ao Menor - SAM, rede de instituições fiscalizadas e financiadas pelo Estado – público alvo: famílias pobres e negras. Durante a década de 1960, tem início a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor – FUNABEM, uma tentativa do governo militar de coordenar uma política pública para um determinado segmento da população infanto-juvenil – público alvo: famílias pobres e negras. A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA vem trazer importantes mudanças nas políticas direcionadas à infância e adolescência, entretanto, apesar dessa nova legislação, o público alvo permanece: famílias pobres e negras.

Os holofotes são direcionados às famílias negras e pobres. Diante deste cenário histórico, é necessário pensar como se formou esse sistema que tem como objetivo controlar e tirar as vidas dessa população. Para este objetivo, é imprescindível racializar a discussão, para analisar como o racismo promove práticas com a lógica de que algumas vidas valem mais que outras, sendo assim devem ser controladas ou exterminadas.

Os dados do Atlas da Violência (2018) elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, demonstram que a cada 100 pessoas assassinadas no Brasil 71 são negras e que em 2016 a taxa de homicídios foi de 40,2% da população negra, enquanto a taxa de não negros foi de 16,0%.

Com o intuito de lutar por estas vidas, Marielle Franco, vereadora no município do Rio de Janeiro, denunciava o genocídio da população negra. E o que acontece com uma mulher negra que ousa enfrentar esse sistema racista e misógino?

Jornal do Brasil – quinta feira – 15 de março de 2018, caderno Cidade: “Voz que não pode ser calada: liderança da Maré, Marielle Franco morre denunciando violência policial contra negros e favelados”. Na reportagem é citada a última mensagem da vereadora na rede social Facebook onde fazia uma crítica à polícia militar: “Precisamos gritar para que todos saibam o que está acontecendo em Acari nesse momento. O 41ª Batalhão da Polícia Militar do Rio de Janeiro está aterrorizando e violentando moradores de Acari. Nessa semana dois jovens foram mortos e jogados em um valão (...)”.

Além das mortes em si, a naturalização de práticas de extermínio na favela, e de modo geral da população negra e/ou pobre, é demonstrada por meio da pouca sensibilização de grande parte da população diante dessas mortes. Quando não é à mão armada, a morte ocorre por meio do não pertencimento social. Haja visto a indignidade como vivem as pessoas em situação de rua, efeito da não efetivação de políticas públicas e a ausência de direitos básicos.

Duas cenas me vêm à tona. Cena um: durante uma viagem de ônibus, quando da janela assisto policiais junto com o caminhão de lixo tirando os papelões dos moradores de rua e eles desconsolados, ficaram andando de um lado para o outro. Cena dois: em meio a confetes e serpentinas, último carnaval, no cortejo do bloco, pessoas passam pisando nos papelões de vários moradores de rua. Os foliões só perceberam que havia pessoas ali quando fizemos um cordão de isolamento em volta dos moradores de rua, protegendo-os.

A respeito das cenas descritas acima, situações que demonstram a violência do Estado e a indiferença de grande parte da população, Agamben (2010) quando aborda as vidas matáveis, explica que, para além do aparelho de Estado suspender a proteção e matar, a partir da premissa de manutenção da ordem, a violência do Estado está em nós.

Para além dos mecanismos disciplinares, o biopoder passa por outros caminhos quando não se restringe a um corpo individual, como na disciplina, agindo com o objetivo de regular e equilibrar. Nas palavras de Foucault, trata-se "de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação." (FOUCAULT, 2000, p. 294). As práticas de controle sobre a população negra ocorrem por meio do biopoder, que devido à relação definida pelo campo biológico, especialmente no que se refere às diferentes raças, divide as pessoas entre as quem devem

morrer e as que devem viver. Tal divisão em grupos seria, segundo o autor, nomeada como “racismo” (FOUCAULT, 2000).

Para Agamben (2004) a lógica da soberania e suas práticas de biopoder permanecem quando a organização de um estado de exceção se estabelece na esfera político-jurídica. Com o objetivo de analisar o estado de exceção no direito público, o autor explica que neste estado a política passa a ser atravessada pelo direito, de modo que o poder constituinte se dá por meio da violência. Diante do exposto, o autor ressalta que “verdadeiramente política” seria uma prática que corta a ligação entre violência e direito. Só com esta ação “será possível colocar a questão a respeito de um eventual uso do direito após a desativação do dispositivo que, no estado de exceção, o ligava à vida” (AGAMBEN, 2004, p.133).

Agamben (2010) também traz a ideia do Homo Sacer ao referir as vidas que perdem a sua qualidade jurídica e por isso se tornam matáveis. Segundo o autor, no Ocidente, historicamente e nos tempos atuais, opera um novo horizonte biopolítico atrelado a uma soberania nacional, em que a “vida nua não está mais confinada a um lugar particular ou em uma categoria definida, mas habita o corpo biológico de cada ser vivente” (AGAMBEN, 2010, p.135)

Acerca deste processo, Mbembe (2018a) explica que na luta econômica de classes no Ocidente, a questão das raças sempre esteve atravessada nas disputas entre povos e nos meios de dominação. Para tratar do racismo nos tempos atuais, destaca a imprescindibilidade do debate sobre a escravidão, “que pode ser considerada uma das primeiras manifestações da experimentação biopolítica” (MBEMBE, 2018a, p. 27). Como exemplo, em sua análise sobre o sistema de plantation¹¹, explica que a condição de escravos representava uma tripla perda:

(...) perda de um “lar”, perda de direitos sobre seu corpo e perda de estatuto político. Essa tripla perda equivale a uma dominação absoluta, uma alienação de nascença e uma morte social (que é expulsão fora da humanidade). (MBEMBE, 2018a, p. 27)

¹¹ Plantation ou plantação foi um tipo de sistema agrícola na época do colonialismo, baseado em uma monocultura de exportação mediante a utilização de latifúndios e mão de obra escrava. “O que caracterizava a *plantation*, no entanto, não eram apenas as formas segmentárias de sujeição(...). Era também o fato do vínculo social de exploração não havia sido estabelecido de forma definitiva. Ele era constantemente posto em causa e precisava ser incessantemente produzido e reproduzido por meio de uma violência de tipo molecular, que ao mesmo tempo suturava e saturava a relação servil. (...) Instituição paranoica, a *plantation* vivia constantemente sob o regime do medo.” (Mbembe, 2018b, p. 43-44)

Acerca das práticas que envolviam trabalho escravo, como o sistema plantation, Mbembe(2018b) acrescenta que é ilusório pensar que saímos definitivamente desses regimes pois eles foram “as pias batismais da nossa modernidade” (p.32)

O estado de exceção atrelado à relação de inimizade funciona como uma autorização para matar. “Em tais instâncias, o poder (e não necessariamente o poder estatal) continuamente se refere e apela à exceção, à emergência e a uma noção ficcional do inimigo” (MBEMBE, 2018a, p.17). A dinâmica aqui descrita é nomeada pelo autor como “necropoder”.

Na necropolítica, algumas vidas, sem valor para o sistema capitalista, são descartáveis, seja por meio da exclusão social ou do massacre, esse último atualmente crescente no nosso país. Com o apoio desse pensamento, é possível pensar que a cidade do Rio de Janeiro, com a implementação de uma polícia militarizada, tem vivido um processo de necropolítica. Tomando como justificativa o combate à violência e a produção de medo em relação às populações moradoras das favelas, a Polícia Militar do Rio de Janeiro cometeu mais de 10 mil homicídios entre 2001 e 2011, sendo muitas das vítimas menores de 18 anos (MISSE, 2013).

(...) as novas tecnologias de destruição estão menos preocupadas com a inscrição de corpos em aparatos disciplinares do que em inscrevê-los, no momento oportuno, na ordem da economia máxima, agora representada pelo “massacre”. (MBEMBE, 2018a, p. 59)

Para além da máxima do massacre, as práticas de isolamento também podem funcionar como promotor de exclusão social. Jogos de luzes, entre eles, os processos de normalização e judicialização são direcionados às famílias das crianças e adolescentes pobres e/ou negras que passam pelos serviços de acolhimento. O clarão cega: algo persiste e precisamos dar lugar a isso, independente do período, a cultura do internamento permanece como forma de controle de uma parte da sociedade, “os abrigos foram pensados como uma proposta contrária à internação, mas as relações de forças não possibilitam que apenas se abrigue e não se interne, porque até determinado ponto atualmente abrigar é internar.” (NASCIMENTO, 2016, p. 74)

Após a promulgação do Estatuto Criança e do Adolescente – ECA, em que o principal fundamento é o da “proteção integral”, crianças e adolescentes passam a ser considerados pela legislação como “sujeitos de direitos”. Sendo assim, seus direitos devem ser garantidos, primeiramente, pelas famílias, mas caso isso não ocorra, essa garantia é atribuição da sociedade e do estado. Esses direitos organizados pelo ECA, incluem, em grande parte, os

chamados “direitos humanos universais”, e com especificidade para a infância e adolescência, alguns se destacam: educação e saúde de qualidade, alimentação adequada, bem-estar social e psicológico, convivência familiar e comunitária.

Evidencia-se que na criação dos considerados direitos humanos, apesar de aparentemente representar avanços no que se refere ao entendimento do que seria os direitos básicos, uma tentativa de normalização das populações, conforme destacam Coimbra, Lobo e Nascimento (2008)

O surgimento de uma concepção do humano e da universalização dos direitos não se deu da forma tão grandiosa e afirmativa como nos querem fazer acreditar as revoluções burguesas e suas declarações. Naquele mesmo período, no século XVIII, foi necessário dar visibilidade científica ao chamado indivíduo perigoso, através do saber médico e da reforma das práticas de punição, para que uma nova forma de ordenação social pudesse se manter: a normalização das populações. (COIMBRA, LOBO e NASCIMENTO, 2008, p.93.)

Nessa direção, podemos entender a institucionalização de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento, amparada pela ideia de proteção, também como uma prática que tem como objetivo o isolamento e a normalização de parte da população.

Um simples retorno para casa, após uma reunião no Ministério Público sobre o sistema socioeducativo, com o objetivo de dar continuidade à escrita dessa dissertação, um episódio me ajuda a pensar sobre esse sistema de forma mais ampla. No percurso, coloco os fones de ouvido e ando pela rua escutando música. Quando, no meio do caminho, uma adolescente, Elza, com a irmã mais nova e um bebê, me para na rua, antes de pedir qualquer coisa, ela olha no meu rosto e diz: “tia, eu te conheço de algum lugar”. Tiro os fones de ouvido, olho no rosto da adolescente e lembro-me dos dois lugares que vi a adolescente: em um abrigo do município e, recentemente, em uma unidade do Departamento Geral de Ações Sócio Educativas – DEGASE¹².

Tal situação é um importante analisador. A mesma adolescente que estava no último ano acolhida em um abrigo, posteriormente, cometeu um ato infracional, levando ao cumprimento de medida em uma unidade socioeducativa. Em ambos os espaços, pela prioridade do público estabelecido pelo ECA, ela e sua família deveriam ter acesso à atenção da rede de assistência e de saúde. Mas, o sistema é organizado de tal forma, que ela estava ali, novamente na rua.

¹² Órgão do Governo do Estado do Rio de Janeiro que executa as medidas judiciais aplicadas aos adolescentes que cometeram algum ato infracional.

Diante da não efetivação das políticas públicas, o processo de judicialização funciona como porta de entrada para o suposto acesso aos direitos básicos. A judicialização “se torna a referência para atuar, dificultando saídas singulares e criativas”. (NASCIMENTO, 2012, p.43).

Dessa maneira, são impostos cuidados para evitar a mortalidade, as doenças, o abandono, os maus-tratos, o abuso sexual e, claro, a chamada negligência dos pais. Todos esses procedimentos funcionam como controle biopolítico de regulação do corpo social. A governamentalidade traça caminhos a serem seguidos, e escapar desse destino é se colocar em risco. (NASCIMENTO, 2012, p. 40)

Dentro desse conjunto de forças, atinente ao campo dos direitos das crianças e dos adolescentes, a partir da criação do ECA surgem novos dispositivos de saber-poder. Quando um ou mais desses direitos não forem respeitados, há várias “medidas de proteção” amparadas pela ideia de risco, entre elas, a de acolhimento institucional quando a população infanto-juvenil está em uma situação considerada de risco, até que seja realizado um trabalho por parte das equipes técnicas destes serviços de acolhimento e da Vara de Infância e Juventude visando à reintegração familiar, e quando, esgotadas as possibilidades, a colocação em família substituta.

Vaz (2004) explica-nos que o conceito de risco está associado a uma tentativa de conhecimento parcial do futuro, com o intuito de prever uma situação indesejada. Atinente a esse aspecto, a noção de população acrescenta outra dimensão aos parâmetros considerados de risco, quando inclui, além da perspectiva do indivíduo, a organização das comunidades. Dessa forma, a organização dos grupos quando em comunidades, também são avaliados a partir de critérios considerados de risco- ou os chamados fatores de risco (CASTEL, 1987), tais como elevados índices de analfabetismo, pobreza, falta de empregos e incidência de doenças.

No campo dos direitos das crianças e adolescentes, quando localiza as intervenções em um grupo com raça e classe social específicas, esse modelo “funciona como uma reafirmação do lugar que já habitam, o da desqualificação da diferença, visto que existiram formas hegemônicas de existência” (NASCIMENTO, 2015, p. 283)

É visto como um risco, por exemplo, o fato de uma criança viver em uma família que não é considerada modelar, o que justifica uma intervenção do Estado para protegê-la, impedindo-a de viver em sua família, em favor de abrigos muitas vezes tão questionáveis quanto as práticas familiares interdidas. (NASCIMENTO, 2015, p.285)

Ao tratar dessa noção de risco, existe uma forte tendência à criação de alguns parâmetros de avaliação, o que pode não levar em conta a situação singular e subjetiva de cada caso (SILVEIRA, 2015). A esse respeito, evidenciam-se algumas mudanças em relação a essa cultura de exclusão das diferenças, que aparece, atualmente, atravessada pela proposta de “proteção” e amparada pela noção de risco, não se trabalha mais com a ideia de "família pobre" e sim, "família negligente" e "criança em situação de vulnerabilidade".

Sobre as polícias das famílias, Donzelot (1980) acrescenta, além das práticas jurídicas que passam a compor o cotidiano, o saber médico como também um discurso que tem como objetivo enquadrar as famílias dentro de um modelo hegemônico de cuidado. Nessa direção, a produção de saberes sobre as famílias, as colocam em constante vigilância e desse modo, progressivamente, houve “uma transferência de soberania da família "moralmente insuficiente" para o corpo dos notáveis filantropos, magistrados e médicos especializada na infância” (DONZELOT, 1980, s.p).

Segundo Marafon (2014), as regulamentações sobre as famílias tiveram contribuições de diferentes saberes e práticas, a partir da articulação entre mecanismos de educação, saúde e segurança, e desse modo, tal prática se complexificou passando de um governo das famílias para um governo através das famílias (MARAFON, 2014, p. 522). A autora ainda explica que há uma diferenciação das técnicas de normalização através das famílias, das direcionadas as famílias burguesas e as direcionadas as famílias pobres. A partir das ideias de Foucault (2001), localiza a “engrenagem psiquiátrica-familiar” atuaria mais sobre as famílias burguesas, enquanto a “engrenagem psiquiátrico- judiciária” operaria, por meio da judicialização, sobre as famílias pobres.

Não obstante, para compreender as forças envolvidas nesta trama, precisamos também considerar que, para além do processo de judicialização dessas vidas, a partir da composição em que algumas delas devem ser controladas por outras, e por isso a lei e o sistema de justiça, enfim o controle está por toda parte, as denúncias que acusam essas famílias, muitas vezes, lhes são direcionadas por pessoas próximas a elas: familiares, vizinhos, especialistas da escola e dos equipamentos de saúde, entre outros.

Um dos órgãos responsáveis por receber essas denúncias e sugerir propor encaminhamentos é o Conselho Tutelar, integrado por pessoas da própria comunidade e do território daqueles que são atendidos. Este equipamento encontra-se no eixo da defesa de direitos, porém, apesar de não estar localizado no sistema de justiça, trabalha em proximidade

com ele quando responde às demandas dos órgãos do judiciário, muitas vezes atuando de modo punitivo e utilizando práticas jurisdicionais.

Em relação à produção de saber que tem como objetivo o controle dessas famílias, Alves (2010), explica que,

(...) um saber produzido sobre a vida das pessoas, a partir de discursos do Direito, da Psicologia, do Serviço Social e do Conselho Tutelar. Discursos que exercem, enquanto práticas, dominação sobre o indivíduo. Dominados, reproduzem na relação com o outro, relação de desqualificação e criminalização. (ALVES, 2010, p.104)

Foucault (1987) em seu trabalho *Vigiar e Punir* apresenta a ideia de que o poder, para além da lei, se faz a partir de táticas. Dessa forma, o direito quando dirigido por normas encontra-se em um processo de jurisdicionalização, que se caracteriza “na intensificação de punições por toda a sociedade como táticas de sanções normalizadoras; todos os equipamentos sociais e grupos passam a funcionar como pequenos tribunais das normas.” (LEMONS, GALINDO e COSTA, 2014).

Desse modo a lei faz ativar os circuitos para a normalização continuar a acontecer. Nesse aspecto, a judicialização se apresenta como um processo que está acoplado à normalização dos gestos, das pessoas, dos atos. (MARAFON, 2014, p. 522)

Para além do tribunal composto pelo Juiz e outros operadores do direito, as táticas normalizadoras estão inseridas em diversas relações sociais. Foucault (2015) para explicitar tal fenômeno utiliza como exemplo as cartas régias, prática que no século XVII na França, em que eram endereçadas ao rei demandas escritas solicitando intervenção e punição. Entre os principais autores das cartas, estavam os familiares, vizinhos e outras pessoas próximas ao indivíduo objeto da solicitação de intervenção do rei. Tal fluxo evidencia que “o que se pedia apenas era o ato do poder que, numa monarquia tão centralizada, só podia vir de cima e conter a marca do rei” (Foucault, 2015, p.118).

Podemos considerar então, que antes das cartas régias, os registros só incidiam sobre as existências que tinham enquanto virtude sua fortuna ou a infâmia de seu crime. Com essa nova prática advinda da monarquia, as histórias do cotidiano passam a serem registradas e tornam-se um novo objeto de saber. A partir desta perspectiva, criam-se novas categorias de avaliação, por exemplo: devassidão, violência, desperdício, ilusões (Foucault, 2015).

Desse modo, os registros mencionados têm como objetivo a normalização dos indivíduos. Para este fim, são utilizadas normas disciplinares, entre elas o que Foucault(1987) problematiza como exame que “faz de cada indivíduo um ‘caso’: um caso que ao mesmo tempo constitui um objeto para o conhecimento e uma tomada para poder” (p.170).

O exame que coloca os indivíduos num campo de vigilância situa-os igualmente numa rede de anotações escrita; compromete-os em toda uma quantidade de documentos que os captam e os fixam. (FOUCAULT, 1987, p.168).

Nas Varas de Infância e Juventude, todas as denúncias, as avaliações e os estudos técnicos referentes a essas famílias passam a compor um processo que visa ajudar a subsidiar a decisão do juiz. Estes documentos ficam em arquivos, mesmo após a extinção do processo, para que, caso haja uma nova denúncia, possa ser consultado esse histórico. No que diz respeito às crianças e adolescentes em tela, estes podem ter acesso a esse processo jurídico quando completa a maioridade, os 18 anos.

Para além desses registros, a partir das novas orientações para o atendimento a essa população, os serviços de acolhimento deveriam ter também em arquivos, além de pareceres psicológicos e sociais e do diário do cotidiano das crianças, um histórico da relação com os familiares mais próximos durante o período de acolhimento e o registro da situação econômica e social da família.

Esses documentos junto aos pareceres técnicos de diferentes atores do Sistema de Garantia de Direitos têm como objetivo construir uma história da criança ou adolescente e indicar as forças que compõem seus cotidianos tendo como pressupostos algumas situações consideradas de risco.

Lemos, Galindo e Costa (2014) explicam-nos que a partir da análise de documentos como esses, que têm o objetivo de transformar vestígios em fatos ou provas, é possível apreender as práticas sociais envolvidas nesses relatos, abarcando efeitos políticos, culturais, subjetivos e econômicos.

Com a intensificação dos processos judiciais, os documentos ganharam estatuto de verdade e fazem operar o aumento da punição, inclusive pela multiplicação das aberturas processuais à confissão: sempre haverá tempo para confessar a culpa, o delito, o desvio. (Lemos, Galindo e Costa, 2014)

Conforme também propõe Castro (2008), a partir dos estudos sobre análise de arquivos, que estes documentos podem ter diferentes valores, como os de prova e informacional. “Ou ainda, o valor deles como artefato, como elemento de associação emocional que tem capacidade de tornar real o passado”(CASTRO, 2008, p.20).

Desta forma, diante da necessidade de provas para subsidiar as decisões dos operadores da justiça, uma série de documentos são utilizados nessa intenção, sem com isso considerar o campo de força envolvido na produção dos relatórios: onde e quando está localizado o profissional que produziu o documento e a temporalidade daqueles relatos.

A produção da mãe “negligente”

“Num mundo que odeia mulheres, sobretudo mulheres negras, feministas se reconhecerem nas outras é um ato revolucionário. Num mundo que destila ódio incessantemente às feministas, receber amor das outras é resistência” (Djamila Ribeiro)

Para além dos holofotes direcionados a um recorte racial e de classe social específico, também é necessário contextualizar que, em meio a uma cultura machista, a responsabilidade pelos cuidados dos filhos é atribuída, quase exclusivamente, às mães. As pesquisas sobre os formatos de famílias atuais indicam que é cada vez mais comum “lares cuja mulher, a maioria está sozinha, é o provedor, e constitui modernamente chamada família monoparental” (ALVES, 2010, p. 105). São as mulheres negras e/ou pobres que, quando não correspondem ao modelo de cuidado, são taxadas como negligentes e punidas por isso.

Está escancarado o racismo e sexismo direcionados as mulheres negras e/ou pobres. “Justiça machista: brasileiras são condenadas pelo crime e pelo gênero” destaca a reportagem de capa da revista Galileu do mês de março de 2018. No corpo do texto é mencionado o caso de Tatiane, uma mulher negra que foi condenada a 24 anos de prisão por omissão porque estava trabalhando quando seu marido matou o filho caçula. Além da condenação, Tatiane perdeu a guarda de seus outros dois filhos.

É alarmante, o homem mata e a mulher, que estava trabalhando, é responsabilizada também pelo crime. Nesse momento, utilizo da provocação de Batinder(1985) sobre o discurso teológico marcado pela máxima judaica “é sempre Eva que é responsabilizada pelos pecados de Adão” (BADINTER, 1985, p.37).

Cabe destacar que, apesar dos avanços nas legislações e das discussões em níveis internacionais, no Brasil, a maioria das mulheres só ganha atenção das políticas públicas quando atreladas à condição da maternidade. A história de Clara, uma jovem que atendi na Vara de Infância e Juventude, deflagra a violência do Estado e da sociedade, como um todo, com as mulheres.

Clara, 20 anos, chegou à Vara de Infância e Juventude com seu bebê recém-nascido no colo, encaminhada por uma maternidade pública. Segundo o relatório elaborado pela equipe técnica do equipamento de saúde, a jovem teria problemas com o uso abusivo de crack e era moradora de rua, situação essa que a impossibilitaria de prestar os cuidados necessários ao filho que nasceu com um problema cardíaco. Foi difícil escutar a história da Clara, ela com idade próxima a minha na época, mulher, começou a relatar os abusos sexuais e estupro perpetrados por familiares e companheiros, os acometimentos de saúde (HIV e tuberculose) e outras violências psicológicas, entre elas, a principal: o fato de não ter conseguido registrar e cuidar de seu primeiro filho, fruto de um estupro de um tio paterno, aos 12 anos, pois a família o entregou para outros familiares.

Apesar de toda a negligência do Estado frente às várias violações de direitos que a jovem viveu, Clara não questionava o fato de só naquele momento, com o nascimento deste segundo filho, as pessoas se interessaram por escutar sua história, e com um tom de voz baixo, quase como pedindo desculpa, repetia que pretendia “mudar de vida”.

A história de Clara, assim como as de muitas outras mulheres que têm suas vidas judicializadas, traz importantes questões a serem analisadas: a violência de gênero, a negligência do Estado e o julgamento moral direcionado às mulheres que não se enquadram no modelo burguês de família.

No trabalho “Mulheres e cuidado: além da maternidade e do uso de drogas”, em produção conjunta com as colegas Giovanna Marafon e Tatiana Moreira, apresentado em uma mesa redonda na “4as Jornadas de Salud Mental y Adicciones – Diagnóstico actual y desafios em salud mental y adicciones”, colocamos a questão como um problema de gênero, entendendo que esta variável interfere diretamente em como são direcionadas as políticas

públicas. Frente à ausência de discussões mais amplas de gênero, a marginalidade em que muitas mulheres vivem é negligenciada.

Entre os pontos elencados para o debate, apontamos inicialmente que “há o agenciamento de um discurso naturalizante sobre a condição das mulheres, como se a maternidade fosse o que as definisse” (ALVARENGA; MARAFON; MOREIRA, 2017, p.4). Nesta perspectiva, são reforçadas práticas que não priorizam um olhar para as mulheres, para além da maternidade e do uso problemático de drogas, devido a um discurso sobre um suposto “instinto materno”. A ideia que a função da mulher é gerar filhos, defendida através de concepções biológicas e morais, é problematizada por alguns autores, dentre os principais Badinter (1985). A autora não nega a existência de um “amor materno”, mas retira da perspectiva de que seria algo intrínseco as mulheres, para isso explica que o instinto materno é uma construção social que corresponde aos valores morais dominantes de uma determinada época.

Com o objetivo de problematizar o olhar estigmatizante sobre as mulheres, especialmente as que fazem uso de drogas, mencionamos a contextualização histórica da autora Angela Davis (2016), no livro “Mulheres, raça e classe”. Para a autora, no início do século XX, por meio de práticas eugenistas, presentes em diferentes países, foram realizadas esterilizações compulsórias de mulheres que, segundo a avaliação da época, eram consideradas “viciadas”. A partir da análise realizada sobre a história dessas práticas nos Estados Unidos, a autora pontua:

Enquanto as mulheres de minorias étnicas são constantemente encorajadas a se tornarem inférteis, as mulheres brancas que gozam de condições econômicas prósperas são incentivadas, pelas mesmas forças, a se reproduzir. (DAVIS, 2016, p. 223)

No que se refere ao cenário brasileiro, não apenas historicamente, mas também, atualmente, tal perspectiva ainda persiste quando a mulher em questão é negra e/ou pobre. Em 09 de junho de 2018, o jornal Folha de São Paulo publicou em suas páginas a matéria “Justiça ainda que tardia: moradora de rua teve esterilização determinada sem direito de defesa”¹³. A reportagem traz à tona a situação de Janaína, uma mulher descrita pelo colunista

¹³ Edição da Folha de S.Paulo, SP/DF, do dia 09 de junho de 2018. Disponível através do recurso eletrônico: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/oscarvilhenaveira/2018/06/justica-ainda-quetardia.shtml?loggedpaywall>

como pobre e moradora de rua. Segundo as informações contidas na matéria, Janaina foi encaminhada coercitivamente para a cirurgia de esterilização, após determinação judicial.

O caso de Janaína dispara discussões sobre o tema por todo o país. Para além do debate sobre a legalidade da ação, o exemplo em tela deflagra o olhar estereotipado sobre as mulheres em situação de rua, não só dos operadores de justiça, mas também de profissionais da assistência, saúde e educação que trabalham com essa população e da sociedade como um todo.

Ao analisar o caso descrito, podemos problematizar sobre o controle de natalidade – escolha em relação à maternidade, por meio do uso de contraceptivos e a prática de aborto, quando necessário – e como este assunto tem repercutido na vida das mulheres, especialmente das mulheres negras e/ou pobres que têm seus corpos constantemente controlados.

A IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Pequim, em setembro de 1995, é descrita por Vlotti (1994), como importante movimento, devido à influência nos questionamentos da situação das mulheres. A declaração estabelece especialmente no que se refere ao direito sexual e reprodutivo:

Os direitos humanos das mulheres incluem os seus direitos a ter controle sobre as questões relativas à sua sexualidade, inclusive sua saúde sexual e reprodutiva, e a decidir livremente a respeito dessas questões, livres de coerção, discriminação e violência. A igualdade entre mulheres e homens no tocante às relações sexuais e à reprodução, inclusive o pleno respeito à integridade da pessoa humana, exige o respeito mútuo, o consentimento e a responsabilidade comum pelo comportamento sexual e suas consequências.

Apesar da previsão dessa conferência, tal assunto ainda é tratado como tabu em vários países. Davis (2016) ao trazer a imprescindibilidade do controle de natalidade para a emancipação das mulheres, esclarece o motivo pelo qual o movimento pela conquista deste direito, muitas vezes, não foi bem sucedido, “o histórico desse movimento deixa muito a desejar no âmbito da contestação do racismo e da exploração de classe” (DAVIS, 2016, p. 205). A autora explica que a dificuldade consiste em unir as mulheres de diferentes origens sociais, já que para este debate é necessário considerar a origem histórica e as práticas de racismo.

O fracasso da campanha pelo direito ao aborto em conduzir uma autoavaliação histórica levou a uma apreciação perigosamente superficial das atitudes de suspeita da população negra em relação ao controle de natalidade em geral. É verdade que, quando algumas pessoas negras não hesitaram em igualar o controle de natalidade ao genocídio, a reação pareceu exagerada – e até paranoica. Ainda assim, as ativistas brancas pelo direito ao aborto não compreenderam uma mensagem profunda, pois sob esses gritos de genocídio havia importantes indicações sobre a história do movimento pelo controle de natalidade. Esse movimento, por exemplo, tornou-se conhecido por defender a esterilização involuntária – uma forma racista de “controle de natalidade” em massa. Se algum dia as mulheres viessem a desfrutar do direito de planejar sua gravidez, tanto as medidas legais e facilmente acessíveis de controle de natalidade quanto o aborto teriam de ser complementados pelo fim da prática abusiva da esterilização. (DAVIS, 2016, p.206)

Nesta direção, Davis (2016) explica que quando a maioria das mulheres negras e latinas utiliza-se do recurso do aborto, as narrativas incluem menos o desejo de ficar livre da gravidez e muito mais “as condições sociais miseráveis que as levam a desistir de trazer novas vidas ao mundo” (DAVIS, 2016, p.207).

Ao tratar sobre a importância de estratégias para redução da gravidez na adolescência, sinaliza sobre a necessidade de problematizar os discursos pro a legalização do aborto atrelado ao controle de natalidade, para “não sucumbir a tentativas propagandísticas de transferir para as jovens mães solteiras a responsabilidade pelo empobrecimento da nossa comunidade” (DAVIS, 2017, p.23).

Para além da violência no âmbito doméstico e familiar, no Brasil, um assunto pouco abordado devido ao estigma diz respeito a violências sexuais, mais especificamente o estupro, a que são submetidas às mulheres em situação de rua. Não é fácil reconhecer, mas muitas crianças são frutos de violências. Apesar da relevância do assunto, tal tema ainda é pouco debatido e considerado nas análises das políticas públicas.

No livro “Mulheres, cultura e política”, Davis (2017), também identifica a necessidade de examinar as estratégias dos movimentos feministas sobre essa temática, pontuando a importância de defender, além do direito da mulher das decisões sobre seu próprio corpo, o “direito das mulheres não serem submetidas à esterilização forçada”(DAVIS, 2017, p.38).

Para efetivar as lutas feministas, Davis(2017) ressalta a importância de que as pautas debatidas nos movimentos incluam as diferenças do efeito do sexismo para as mulheres negras e/ou brancas de classe trabalhadora, para as mulheres brancas de classe média. Como exemplo dessa diferença a autora aborda sobre dificuldade nos Estados Unidos das mulheres negras adquirirem uma renda mensal, por meio de emprego formal ou programas assistenciais, que possibilitem os cuidados dos filhos.

As questões econômicas certamente não parecem tão centrais para as mulheres brancas de classe média quanto para as mulheres cujas crianças podem se tornar irreparavelmente desnutridas caso elas não consigam encontrar um emprego- ou não recebam os subsídios dos programas assistenciais (...) (DAVIS, 2017, p.34)

Para além da luta pelo direito de gerar um filho, após o nascimento, a sua função de mãe é constantemente vigiada a fim de localizar possíveis negligências. A negligência aqui é entendida como uma atitude individual, voluntária e irresponsável. “Está se falando de um pensamento único, próprio dos propósitos de ordenação da sociedade previstos nos ideais da modernidade” (NASCIMENTO, 2017, p.76). Pela lógica da legislação o objeto de atenção do Estado são as crianças e os adolescentes, prioridades de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, e nesse contexto os direitos das mulheres são considerados em segundo plano.

A este respeito, Nascimento (2016) explica que a avaliação da negligência dessas mães é baseada em um parâmetro de cuidado perpassado por ideias hegemônicas que não consideram o contexto em que vivem, como exemplo, cita a situação das mães que devido à necessidade de trabalhar para sustentar a família, deixam os filhos sozinhos em casa.

A ordem legal se baseia em parâmetros de normalidade que não apenas desconhecem outras formas de vida, mas as destroem, na medida em que a leitura que se faz desses parâmetros é circunscrita a um só modelo. (NASCIMENTO, 2016, p.87)

Para além desse modelo hegemônico, que não considera outros modos de cuidados, que variam de acordo com o contexto social, cultural e econômico, a não efetivação de políticas públicas relacionadas à oferta de creches públicas para as crianças, reforça o sistema racista e sexista.

Entre os fatores que também podem influenciar em cenários familiares considerados violadores de direitos das crianças e dos adolescentes, estão as diversas formas de violência de gênero a que são submetidas as mulheres e que atravessam suas relações familiares e o seu ciclo social.

O caso de Tatiane¹⁴ demonstra o efeito da negligência do Estado frente às violências de gênero, como demonstra outra reportagem da revista Galileu, datada 12 de agosto de 2018, sobre o caso: “Tatiane foi quatro vezes para um abrigo que recebe mulheres vítimas de violência doméstica. Na penúltima vez, foi aconselhada pelo juiz a “dar uma segunda chance” ao marido. O magistrado não aplicou nenhuma medida protetiva para resguardar ela e as crianças. O Conselho Tutelar também não afastou Amilton dos filhos. Depois que o crime ocorreu, porém, o Estado foi “implacável”, segundo a denúncia, aplicando uma pena de homicídio qualificado sem que Tatiane tenha sequer presenciado os maus-tratos, que levaram à morte o filho caçula”.

O contexto de violência de Tatiane, infelizmente, não é exceção. Na pesquisa "A Familiar Face: Violence in the lives of children and adolescents", realizada pela UNICEF (2017), no mundo, uma em quatro crianças menores de 5 anos mora com uma mãe que é vítima de violência de gênero exercida por seu parceiro (176 milhões de crianças).

Apesar dos dados alarmantes relacionados à violência de gênero, na legislação brasileira, foram poucos os debates nesta direção, entre eles, proporcionado pela lei Maria da Penha (11.340/06), de 2006, que formaliza juridicamente um modo de olhar para a violência contra a mulher em âmbito doméstico e familiar, reconhecendo a violência como algo e ser coibido e a condição da mulher a ser protegida. Cabe destacar que apesar da lei Maria da Penha ser uma conquista das lutas feministas, tal recurso jurídico não possibilita a problematização sobre as questões de gênero de modo mais amplo e menos ainda sobre o punitivismo. A esse respeito, é importante analisar o campo de força envolvido na promulgação desta lei e na maneira como vem sendo aplicada.

Diante do cenário descrito acima,

Identificamos a distância em que o Brasil se encontra quanto à possibilidade das mulheres terem o controle sobre as questões que dizem respeito a sua sexualidade. Não obstante, quando se tornam protagonistas em relação a esse assunto, ainda são julgadas e discriminadas, como temos percebido no tratamento oferecido a elas pelas políticas públicas quando usuárias de drogas e, concomitantemente, tornam-se gestantes. (ALVARENGA, J. M; MARAFON, G.; MOREIRA, T., 2017, p.4).

Percebemos que apesar dos avanços nos acordos internacionais, dos movimentos significativos na cultura e do amplo debate sobre o assunto, no Brasil, pouco se discute acerca das políticas públicas direcionadas às mulheres. Barsted (1999) sugere que o maior desafio é

¹⁴ Mencionada na página 30.

que o reconhecimento dos direitos das mulheres possibilite a criação de políticas públicas, bem como a efetivação das já existentes.

O psicólogo no campo dos direitos das crianças e adolescentes

O “fazer ver e o fazer falar” dependendo das especificidades do encontro produz diferentes maneiras de como a luz irá cair, se esbater, se propagar, se distribuir, produzindo o nascimento, o fortalecimento, o desaparecimento, a fragilização de alguns objetos, saberes e sujeitos. (COIMBRA e NASCIMENTO, 2008)

Por que eu estou falando disso? A elaboração dessa dissertação e as análises de implicação das minhas experiências no campo dos direitos das crianças e adolescentes me provocaram pensamentos sobre as forças que atuam nas práticas dos psicólogos que operam nessa área.

Quando me recordo do meu primeiro contato com adolescentes em abrigos, na época da graduação, pude perceber as consequências da falta de discussões sobre questões raciais durante não só o período da graduação, mas no percurso educacional como um todo. Conforme mencionei na introdução, o trajeto era entre Botafogo e a PUC Rio, e o morro Dona Marta aparecia inicialmente apenas como uma frecha, só depois se tornou uma brecha. Eu não tinha noção do atravessamento do racismo na vida daquelas crianças, adolescentes e suas famílias e na minha escuta. Após o desconforto inicial, pude entender que se trata de um sistema mais amplo que não dá espaço para emergência dessas questões.

Em relação aos processos de normalização e judicialização das famílias negras e pobres, precisamos problematizar qual o lugar do psicólogo nesse campo de força do sistema de justiça. “O discurso psicológico não seria também, em muitas situações, legitimador desse enquadrinhamento da família como estratégia de coerção social, quando se articula sem maiores questionamentos à chamada política de proteção?” (Coimbra, Ayres, Nascimento, 2010, p. 35)

A inserção do profissional de psicologia no sistema de justiça foi atravessada pelo histórico da profissão, com a construção de atuações nomeadas, por muitos profissionais, como “apolíticas”, e pelas práticas psicológicas estabelecidas no Brasil entre as décadas de 70 e 80, em que, segundo Coimbra (1995), tratava-se de um processo de psicologização do cotidiano. Segundo a autora, “o importante não é o que se faz, mas o que se sente, ou seja, há um esvaziamento político, há uma psicologização do cotidiano e da vida social” (COIMBRA, 1995, p.34).

Essa psicologização do cotidiano é intimamente acompanhada pela questão do familiarismo, em que toda e qualquer problemática é simplesmente reduzida à questão familiar. Por último, temos a questão do intimismo, intrinsecamente ligada às outras duas, força e fortalece um sujeito voltado para dentro de si mesmo, para dentro de seus horizontes internos, num movimento de supervalorização do espaço privado em detrimento dos espaços públicos que passam a ser inferiorizados e desqualificados. (Coimbra, Ayres, Nascimento, 2010, p. 28)

Acerca da prática de interiorização, objeto e sujeito são separados e “transformam-se em dicotomia, em pedaços com natureza própria, ausentes de uma historicidade denunciadora das ilusões das universalidades, das dissociações e dos distanciamentos” (BAPTISTA, 2000, p.67).

Na pesquisa de Baptista (2000) junto a estagiários experienciando o início da prática psi, o autor na análise dos relatos, utiliza-se da metáfora da diferença entre os elevadores “social” e de “serviço”, para problematizar sobre o saber psi e a atuação dos profissionais quando individualizam as questões e não consideram o contexto social e histórico.

O prédio possui dois elevadores, o social e o de serviço. Localizado em um bairro de classe média, os dois elevadores levam, para o alto e para baixo, negros animais e trabalhadores em um; brancos, visitas e proprietários no outro. (...) O síndico zela pela ordem e pela limpeza. Vigia as entradas e saídas dos usuários dos elevadores. Aliás, não só os usuários, vigia também cheiros e sensações. Merda de animais, suor, graxa de um; privacidades, cumprimentos e lavandas no outro. O de serviço desemboca próximo a lixeira. O social, em um corredor de onde se vislumbram árvores frutíferas. Os elevadores não citam nada, mas apresentam em sua estrutura um estilo não muito visível, não muito audível, e não muito pensado. (BAPTISTA, 2000, p.45)

Enquanto psis atuando no sistema de justiça, no caso da área da Infância e Juventude, sendo a maioria dos profissionais de classe social e raça diferente do público atendido, como analisamos as nossas práticas profissionais? Qual a relação entre esses dois elevadores? É possível comunicação entre os dois elevadores? Entre as críticas, Baptista (2000)

problematiza que o saber psi, assim como o elevador social, é “construído por síndicos e por cientistas que não entram no elevador de serviço” (BAPTISTA, 2000, p.67).

Quem construiu o saber psi? Qual o contexto da emergência desta prática? Qual objetivo? Na história da psicologia enquanto ciência, podemos perceber que o início da produção desse conhecimento, no século XX, atendia ao objetivo da dinâmica do capitalismo quando a atenção aos aspectos subjetivos tornou-se importante no intuito de conhecer e controlar. Com efeito produziam-se pessoas aptas a atender o modelo econômico vigente na época, porém, a “mão de obra barata”, composta em sua maioria por pessoas pobres e negras, o conhecimento psi na época direcionava-se à exclusão desta população. Pensando através da metáfora dos elevadores, estes sempre foram separados.

No campo do sistema de justiça, o psicólogo enquanto integrante de uma equipe técnica que inclui profissionais do Serviço Social, contribuiu para uma ótica individualizante das práticas psíquicas, visto que na divisão das atribuições, os aspectos ditos “sociais” seriam exclusivos dos assistentes sociais.. “Talvez pudéssemos perceber aqui a dicotomia entre saberes e entre sujeitos, como se fossem constituídos por duas esferas distintas: o social e o individual.” (Coimbra, Ayres, Nascimento, 2010, p. 31). Em contrapartida a essa lógica, a transdisciplinaridade propõe o trabalho conjunto entre diferentes áreas sustentando as diferenças porém cruzando os saberes.

A crença em especificidades da Psicologia e do Serviço Social como disciplinas possuidoras de fronteiras previamente delimitadas poderia estar sendo superada à medida que o social e o psicológico fossem percebidos como campos que se cruzam, se constituem, se complementam e que são historicamente constituídos. (Coimbra, Ayres, Nascimento, 2010, p. 33).

Elza¹⁵ e sua irmã mais nova, no nosso encontro na rua, me ajudam a pensar sobre o lugar do psicólogo no sistema de justiça. A adolescente no primeiro momento perguntou: “Tia, você é assistente social?” Explico que não, que sou psicóloga e que trabalho no Ministério Público. Ela responde: “Isso, lembro que você foi ao Santos Dumont¹⁶ perguntando como estavam as coisas lá e eu abri o verbo”¹⁷.

A partir dessa cena, podemos analisar o porquê da categoria profissional Serviço Social aparecer como a primeira alternativa. A esse respeito, podemos propor algumas

¹⁵ Personagem já mencionada na página 24 desta dissertação.

¹⁶ A adolescente estava se referindo à unidade feminina de cumprimento de medida socioeducativa Professor Antonio Carlos Gomes da Costa – PACGC, antes nomeada de Educandário Santos Dumont, localizada na Ilha do Governador, cidade do Rio de Janeiro.

¹⁷ Na ocasião, a adolescente fez reclamações sobre as condições precárias dos alojamentos e a comida oferecida pela unidade, como também fez queixas sobre a ausência de atividades.

considerações: os assistentes sociais estão incluídos há mais tempo no campo do Sistema de Justiça e a psicologia com práticas ainda pouco direcionadas aos conflitos sociais. De acordo com Martin Baró (2014):

Com razão, é possível afirmar que majoritariamente, a psicologia que é usada em nossas sociedades latino-americanas está muito próxima da perspectiva das classes dominantes, isto é, aos interesses de classe daqueles que detêm o poder. (MARTIN-BARÓ, 2014, p.593)

Ou seja, segundo o autor, estar próximo às classes dominantes interfere diretamente na prática profissional do psicólogo, sendo necessária uma análise política da psicologia, considerando-a “instrumento de poder social”(MARTÍN-BARÓ,2014, p.592).

Na direção das reflexões citadas e a partir da análise de implicação das minhas práticas no sistema de justiça, na Vara de Infância e Juventude e no Ministério Público, poderia pensar algumas linhas flexíveis nestes campos, considerando o que as autoras Coimbra, Ayres, Nascimento e o grupo PIVETES (2010) refletem sobre a necessidade de um olhar para “a Psicologia como uma prática política, uma ferramenta de intervenção social” (COIMBRA, AYRES, NASCIMENTO e PIVETES, 2010, p.37).

Também com essa perspectiva, Arantes (2004) ressalta sobre a importância de que os psicólogos possam problematizar as demandas que chegam até eles, para colocar em análise suas práticas:

Como profissionais que atuam no campo social, os psicólogos têm sido chamados, cada vez mais, a refletirem sobre o papel estratégico que desempenham nestes processos de objetivação/subjetivação, a problematizarem as demandas que lhes são feitas e a colocarem em análise a sua condição de especialistas. (ARANTES, 2004, p.28)

O encontro entre a lógica do Direito, que se baseia em provas e “verdades”, com a perspectiva de subjetividade da Psicologia, pode contribuir para a criação de um diálogo que sustente a heterogeneidade de pensamentos. Porém, caso haja uma homogeneização dos discursos, devido à hierarquização desses espaços, a prática do psicólogo pode se resumir a mero reprodutor da lógica do Direito, “existe sempre a ameaça de um conflito de competência, de uma redução de um à lógica do outro” (DONZELOT, 1980, p.108).

Nas Varas de Infância e Juventude, o profissional de psicologia é demandado por operadores de justiça, que entendem ser a função do psicólogo apoiada em um discurso que

“se ancora em noções, consideradas científicas e produtoras de um discurso de verdade” (ALVES, 2010, p.99).

É esse o plano que o especialista tomará para si: a verdade de seu objeto. A verdade da psicologia podemos apontar como sendo além de seu acordo “acordo entre as palavras e as coisas”, o poder do discurso, o arsenal de ferramentas, que nos tornam um perito em subjetividades. (ALVES, 2010, p.114)

Atinente ao trabalho exercido no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, o assessoramento aos Promotores de Justiça visa principalmente, à luz da psicologia, fomentar as políticas públicas, por meio de avaliação técnica sobre os efeitos das violações de direitos deste público e a necessidade de fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes – SGDCA. Desta forma, a proposta do trabalho consiste em não individualizar as situações que são atravessadas pela violação dos direitos, mas justamente integrá-las nas análises das políticas públicas.

Para pensar o trabalho desenvolvido nessa instituição, menciono o episódio de uma visita a uma unidade masculina do DEGASE, registrado no meu diário de campo, onde os adolescentes cumprem medida de internação provisória:

Em conversa com um profissional do Núcleo de Saúde Mental da unidade, quando perguntamos sobre o trabalho desenvolvido com os adolescentes no que se refere aos aspectos relacionados à identidade de gênero e orientação sexual, o psicólogo narra que na semana anterior receberam um adolescente que, segundo o profissional, estava em processo de transição de gênero. Uma das práticas da unidade na chegada dos adolescentes era raspar os cabelos. Diante deste novo personagem trans com seus longos cabelos, a orientação foi a de não raspar. Tendo em vista a intervenção especial neste caso, os profissionais da unidade começaram a questionar: “Se não vamos raspar o cabelo dele, não vamos raspar o de ninguém”.

Frente a este episódio, tal relato me pareceu importante analisador para levar, na semana seguinte, para uma reunião entre representantes do DEGASE e outros atores do SGDCA, quando seriam discutidos pontos para a elaboração do Regimento Interno geral da instituição DEGASE¹⁸. Como psicóloga assessorando os promotores de justiça, em reunião, mencionei o episódio a fim de que pudéssemos pensar para além da questão de gênero, mas

¹⁸ Documento em processo de elaboração no Estado do Rio de Janeiro e que será o norteador para a elaboração do Regimento Interno de cada unidade do DEGASE do estado.

também a relevância da ação de raspar os cabelos dos adolescentes, considerando, à luz da psicologia, os efeitos subjetivos e políticos desta prática.

Quando o profissional de psicologia problematiza o lugar que ocupa naquele espaço, no atendimento às famílias, há a possibilidade de transversalizar o olhar sobre a situação. Em conjunto com outros profissionais e pensando as práticas como uma construção social, o psicólogo pode realizar uma intervenção que possa dar suporte ao trabalho dos operadores da justiça. Assim sendo, pode-se operar uma micropolítica a partir do modo como se transmite essas informações e se produz realidade nos relatórios técnicos produzidos.

Voltando aos elevadores e contextualizando a prática psi nos tempos atuais, podemos pensar que as pessoas que produzem o saber psi, em sua maioria infelizmente, vem dos elevadores sociais. Os cursos de psicologia, como as graduações e as universidades, no geral, ainda são um espaço de pessoas brancas e com situação social favorecida. A partir desta ideia, para pensar o psicólogo atuando junto a uma população diferente dele do ponto de vista econômico e racial, devem ser analisadas as forças de dois aspectos: a sua origem do elevador “social” e o efeito de sua entrada no elevador de “serviços”.

CAPÍTULO II: AS SOMBRAS***ESPAÇO PARA NARRATIVAS DIVERSIFICADAS***

Na sinuosidade e bifurcações dessas ruas o corpo desbotado gingava, escapava da retidão do destino, narrando acontecimentos e combates não exclusivos dele, até mesmo os lá debaixo, mas eram abafados por fronteiras compactas e luminosas. Se não narrasse, combatendo enfraqueceria e sofreria. Não só ele, mas muitos. (Baptista, 2001, p.197)

Contra histórias

Diante da discussão apresentada, questiona-se: são possíveis outros modos de narrativas que favoreçam o protagonismo da pessoa à qual se direciona o processo jurídico? É possível dar espaço a outros modos de registros sobre essas existências?

Após os holofotes mencionados no primeiro capítulo, precisamos fazer sombras, sendo necessário criar novos espaços. O livro "Isto não é um manifesto"(2016), de Antonio Negri e Michael Hardt, especialmente a parte "liberte-se", ajuda a respirar e pensar:

Para achar uma saída, tudo o que você tem de fazer é se lembrar do reconhecimento básico da natureza do poder explicado por Foucault e, antes dele, por Nicolau Maquiavel: o poder não é uma coisa, mas sim uma relação. Independente de quão imenso e arrogante pareça o poder diante de você, saiba que ele depende de você, alimenta-se do seu medo, e sobrevive só por causa da sua disposição de participar do relacionamento. Procure uma porta de fuga. Uma delas está sempre aí. (NEGRI e HARDT, 2016, p.60)

Os documentos que compõem os processos jurídicos dizem algo sobre as histórias das famílias neles referidas. São narrativas que devem ser entendidas a partir do contexto e do objetivo ao qual se propõem. Porém, é necessário afirmar a existência de narrativas diversas e problematizar o destaque de algumas em detrimento de outras, devido aos jogos de luzes.

Em “A vida dos homens infames”, Foucault (2006) realiza uma antologia de existências dos “infames”, a partir dos discursos de documentos do século XVII e XVIII como cartas régias, petições, documentos de internação. Ao se deparar com tais registros, considera que “esses discursos realmente atravessaram vidas; essas existências foram efetivamente riscadas e perdidas nessas palavras” (FOUCAULT, 2006, p.207).

A infâmia aqui é associada às pessoas que cometeram delitos ou, de alguma forma, deixaram lembranças de “horror”. Para o autor, a voz desses “Infames” foi substituída por várias outras vozes, a partir dos rastros de escritos que formam a grande massa documental. Ao mesmo tempo em que os relatórios oficiais pouco dão espaço às outras realidades que existiram, sem esse encontro com o poder, essas histórias seriam facilmente esquecidas.

O que as arranca da noite em que elas teriam podido, e talvez sempre devido, permanecer é o encontro com o poder: sem esse choque, nenhuma palavra, sem dúvida, estaria mais ali para lembrar seu fugidio trajeto. (...) É, sem dúvida, para sempre impossível recuperá-las nelas próprias, tais como podiam ser “em estado livre” (FOUCAULT, 2006, p. 207-208).

A respeito da pesquisa dos documentos de pessoas que por algum motivo passaram por internações, Foucault (2003) ressalta que as vidas relatadas nesse tipo de registro são como notícias, informações rápidas e preocupadas com a realidade dos acontecimentos.

Em contrapartida a este formato, tentando resgatar possíveis outras intensidades das existências ali relatadas, propõe uma nova forma de narrativa, uma “contra-história”. O autor, a partir da leitura dos registros, cria poemas verdades sobre outros possíveis modos de pensar as engessadas existências descritas naqueles documentos. Antologia das existências, vidas de algumas linhas ou de algumas páginas, desventuras e aventuras sem nome, juntadas em um punhado de palavras. Vidas breves, encontradas por acaso em livros e documentos (FOUCAULT, 2003, p.12).

No texto intitulado “A fábula do garoto que quanto mais falava sumia sem deixar vestígios: cidade, cotidiano e poder”, Baptista (2001) relata a história de um garoto que ia desbotando enquanto eram criadas narrativas e adjetivos sobre ele e sua família, tais produções, entre elas, da especialista psicóloga, o aprisionava em uma previsibilidade. Com o objetivo de “decifrar” a história da família do menino, “faltas e pistas procuravam pelo autor emudecido por sua ausência. Protagonistas e atores de gestos esfumaçavam-se” (p.201).

Nas entrevistas com a mãe, a psicóloga indagava sobre o passado do garoto: laços emocionais, doenças da infância, integração familiar etc. Uma procura de rastros se fazia para a compreensão do déficit intelectual. Desejava fazer emergir a história do garoto; segundo ela, o passado deixa marcas irreversíveis. (...) A história de vida traduzida pelos muros do posto de saúde compilava pistas, pegadas marcadas no solo do passado como se inexistisse alguém, só traços denunciadores deixados no percurso. (BAPTISTA, 2001, p. 201)

O laudo psicológico, documento elaborado pela psicóloga, uma “concisa tradução” da história do menino o transformava, por meio dos jogos de luzes, em um “aluno especial”. O holofote direcionado aos indícios que comprovassem a teoria da especialista ofuscava as diversas outras cores que também atravessavam a vida do menino. “A luz que iluminava o laudo na procura de verdades ignorava os efeitos que produzia no percurso. Imaginava ser neutra e imparcial. Desconhecia a produção de opacidade nos restos jogados fora no transcorrer da pesquisa.” (BAPTISTA, 2001, p.206)

Baptista (2001) ainda acrescenta que tais holofotes não atuam somente sobre o caso individual daquela família, porém também em relação ao recorte social ao qual pertence, não trata só sobre o menino da Mangueira, mas também sobre todos os meninos da Mangueira.

Sobre a necessidade de considerar as diferentes histórias, a escritora Chimamanda Adichie (2009) no vídeo divulgado no sitio eletrônico Technology, Entertainment and Design – TED, com a palestra intitulada “Chimamanda Adichie: o perigo de uma única história”, aborda o risco de uma sobreposição entre histórias, quando uma narrativa é considerada a única versão. A autora nigeriana alerta que “nós somos impressionáveis e vulneráveis em face de uma história” (ADICHIE, 2009, s.p).

A consequência de uma única história é essa: ela rouba das pessoas sua dignidade. Faz o reconhecimento de nossa humanidade compartilhada difícil. Enfatiza como nós somos diferentes ao invés de como somos semelhantes. (ADICHIE, 2009, s.p)

A escritora conta sobre algumas de suas experiências que deram origem a essa questão. Narra que quando era criança acreditava que as histórias que ela lia nos livros, diziam respeito a uma verdade sobre como eram as coisas, e considerando que a maioria dos livros era de origem britânica, seu olhar era colonizado. Também menciona a pena que tinha da família de um amigo de infância, pois a única perspectiva contada sobre ela era de uma família pobre. Em relação à ideia formada sobre outros países, relata a influência das reportagens dos noticiários, a exemplo do México, que, antes de sua visita a este país, acreditava que se resumia à condição de refúgio. Diante destes exemplos, a autora faz uma análise dos conjuntos de força que contribuíram para a construção destas perspectivas, explicando que “é impossível falar sobre única história sem falar sobre poder” (ADICHIE, 2009, s.p).

A escritora Chimamanda Adichie também descreve a situação em que um professor questiona a “autenticidade africana” de um dos seus romances, pois, segundo ele, no livro não demonstrava a miséria daquele continente, considerando esta a única narrativa possível sobre a África. A este respeito, durante todo o discurso a autora nos convoca a problematizar sobre as histórias, considerando:

(...)como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder. Poder é a habilidade de não só contar a história de

outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa. (ADICHIE, 2009, s.p)

Ou seja, segundo a escritora, são importantes analisadores: quem narra a história, quando e de qual modo. Quando só acessamos uma única história sobre uma pessoa ou lugar, formamos uma opinião, por meio de estereótipos, e, muitas vezes, tal dinâmica impede a emergência de narrativas diversificadas.

Após essa problematização, para além da ênfase na pluralidade de histórias, também é importante destacar as diferenças das narrações sobre uma história, dependendo da posição que estamos diante do acontecimento. A esse respeito, a partir da ideia de narração de Benjamin (2013) em “Rua de mão única – Infância berlinense:1900”, incluímos na discussão que o lugar que estamos diante de uma história vai interferir diretamente na forma como vamos entendê-la. Segundo o autor,

A força com que uma estrada no campo se nos impõe é muito diferente, consoante ela seja percorrida a pé ou sobrevoada de aeroplano. (...) Quem voa, vê apenas como a estrada atravessa a paisagem; para ele, ela desenrola-se segundo as mesmas leis que regem toda a topografia envolvente. Só quem percorre a estrada a pé sente o seu poder e o modo como ela, a cada curva, faz saltar o terreno plano (que para o avião é apenas a extensão da planície) objetos distantes, mirantes clareiras, perspectivas, como faz a voz do comandante que faz avançar soldados na frente de batalha. (BENJAMIN, 2013, pg.14)

A narrativa enquanto possibilidade de registro histórico em tempos de barbáries e guerras, não apenas como mero registro do passado, mas sim uma rememoração, pode produzir uma mudança no presente. A ideia de rememoração é introduzida por Walter Benjamin (2000) e explicada por Gagnebin (2006) em seu trabalho “Lembrar, escrever, esquecer”:

Tal rememoração implica uma certa ascensão da atividade historiadora que, em vez de repetir aquilo de que se lembra, abre-se aos brancos, aos buracos, ao esquecido e ao recalçado, para dizer, com hesitações, solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem às palavras. A rememoração também significa uma atenção precisa ao presente, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente. (GAGNEBIN, 2006, pg.55)

Neste sentido, a crítica de Nietzsche (1999) em seu ensaio “Sobre a Utilidade e a Desvantagem da História para a Vida” contribui para tal exercício ao trazer a distinção entre

história monumental, história tradicionalista e história crítica. A primeira faz menção à ideia de monumento, em que se considera e revisita o passado com o objetivo de encontrar modelos iniciadores. A história tradicionalista submete a idade de antiquário, em que a ideia é venerar e conservar o passado. E por último, na história crítica é questionado o que do passado deve ser conservado e o que deve ser destruído, a partir de um olhar crítico, a partir da imagem do martelo.

Diante de contextos históricos, onde os registros ameaçam, pois se configuram enquanto denúncias de sistemas violentos, Ginzburg (2012) ressalta a importância da narrativa que incluiu os rastros frente as “políticas do esquecimento” para fazer uma memória histórica. A ideia de rastros aqui mencionada, a partir da proposta de Walter Benjamin, não tem como função sustentar uma narrativa linear, descritiva ou totalizadora, mas como possibilidade de produzir rupturas, cortes na história. A partir desta perspectiva, devemos “ler a história a contrapelo, propor perspectivas não conservadoras de percepção do passado.” (GINZBURG, 2012, p.127).

Walter Benjamin(1981, apud Lowy, 2011) ressalta a necessidade de se contextualizar a narrativa incluindo a história da luta de classes, já que os historiadores, em geral, estavam mais próximos aos ditos “vencedores” e menciona a metáfora de que a história deve ser lida “a contrapelo” : “O momento destruidor: demolição da história universal, eliminação do elemento épico, nenhuma identificação com o vencedor. (..) A história da cultura como tal é abandonada: ela deve ser integrada à história da luta de classes” (BENJAMIN apud LOWY, 2011, p.21)

O vencedor mencionado “não se refere, aqui, às batalhas ou às guerras comuns, mas à guerra de classes, em que um dos campos, a classe dominante, não cessou de levar vantagem sobre os oprimidos” (LOWY, 2011, p.21) .

O passado permanece presente na memória coletiva das classes e das comunidades étnicas: a tradição dos vencedores e a tradição dos oprimidos se opõem inevitavelmente. Durante séculos, a história “oficial” da descoberta, da conquista e da evangelização não só foi dominante, como também praticamente a única a ocupar o cenário político e cultural. (LOWY, 2011, p. 26)

No livro “O que resta de Auschwitz”, Agamben (2008) aborda a ideia de testemunha e explica que, no latim, este termo é utilizado de dois modos: *testis* como aquele que em uma disputa entre dois adversários estaria como um terceiro; e *superstes*, como aquele que

participou do evento e pode contar sobre ele. Para o autor, Primo Levi¹⁹ seria considerado uma testemunha como um *superstes* e em suas narrativas é possível perceber que não há uma tentativa de fazer um julgamento, como um juiz. No modo como conduz seus relatos, Primo Levi dilui a dicotomia “vítima” e “carrasco”, tão própria à divisão feita pelo Direito, pois “há uma consistência não jurídica da verdade” (AGAMBEN, 2008, p.27).

Em “Assim foi Auschwitz: testemunhos 1945-1986” (2015), Primo Levi expõe:

É bom que as coisas sejam ditas, porque são verdadeiras. Mas que fique bem claro que isso não significa associar vítimas e assassinos: isso não alivia, pelo contrário, centuplica a culpa dos fascistas e dos nazistas. Eles demonstraram para todos os séculos vindouros as insuspeitas reservas de perversidade e de loucura que jazem latentes no homem depois de milênios de vida civilizada, e esta é uma obra demoníaca. Trabalharam com tenacidade para criar sua gigantesca máquina geradora de morte e de corrupção: um crime maior não seria concebível. Construíram seu reino com insolência, por meio do ódio, da violência e da mentira: seu fracasso é um alerta. (LEVI, 2015, p.67)

A perspectiva de Levi, ao fazer uma leitura dos jogos de forças das práticas nazistas, possibilita uma análise política sobre o ocorrido. Deste modo, o escritor, ao narrar suas experiências, amplia a discussão também para o coletivo quando menciona a importância de não resumir as histórias contadas em um viés de vítimas e algozes.

Ainda na análise sobre a ideia de testemunha, Agamben(2008) explica que os sobreviventes, aqueles que por terem sobrevivido podem narrar o ocorrido, não conseguem falar pela experiência daqueles que não sobreviveram,

Quem assume para si o ônus de testemunhas por eles, sabe que deve testemunhar pela impossibilidade de testemunhar. Isso, porém, altera de modo definitivo o valor do testemunho, obrigando a buscar o sentido em uma zona imprevista(AGAMBEN, 2008,p.43)

A zona imprevista mencionada, diz respeito à impossibilidade daqueles que não sobreviveram contarem a história de suas experiências, e ao mesmo tempo, aqueles que sobrevivem não conseguem narrar a experiência desse outro. Deste modo, o paradoxo consiste na lógica de que não é possível testemunhar o acontecimento, tanto de dentro, como de fora (AGAMBEN, 2008).

¹⁹ Escritor italiano que em seus livros narra suas experiências em Auschwitz.

Diante das ideias de narração e narrador aqui descritas, o objetivo não é desqualificar algumas narrativas, mas sim demonstrar a importância do contexto ao analisá-las, entendendo-o como parte de outros processos que dizem respeito ao coletivo. Pensar as narrativas dentro de um dispositivo, cheio de linhas nas quais se misturam saber, poder e subjetividade (Deleuze, 1996).

O método de registro das histórias de vidas em álbuns

Durante uma visita do Ministério Público a um serviço de acolhimento, um adolescente se aproxima falando: "tia, eu te conheço de algum lugar". Recordamos de onde nos conhecemos: era o Antonio do abrigo que, pela Contar, iniciei a implementação do método de registros das histórias de vida em álbuns. Naquela ocasião ele questionou se teria espaço para colocar suas letras de funk. Quando perguntei como ele estava, respondeu que havia sido transferido para esse outro serviço de acolhimento recentemente, mas que seu álbum continuava junto com ele e acrescentou: “os meninos desse abrigo se amarram no meu álbum e falaram que queriam fazer também”.

Diante das narrativas hegemônicas que compõem os caminhos jurídicos, descritas no primeiro capítulo, o método de registro das histórias de vidas em álbuns é apresentado como uma das possibilidades de favorecer o protagonismo frente às histórias de vida das crianças e adolescentes que vivem em serviços de acolhimento. Cabe destacar que o objetivo é sustentar as diferentes narrativas, em suas diferenças e analisá-las dentro de um campo de força.

Atinente às crianças e adolescentes que vivem em instituições de acolhimento, percebe-se que o trabalho realizado junto a esse público, pouco considera os seus modos de vida:

A forma não articulada com que profissionais e instituições interagem com as crianças e adolescentes contribui para a sequência de rupturas que se verifica nas trajetórias de suas vidas. Eles dificilmente têm a visão do processo de sua institucionalização, pois passam por diversos espaços e, muito raramente, são atendidos, levando-se em consideração suas demandas, expectativas e desejos. O sistema funciona de maneira tal que, nos programas de atendimento à criança e ao adolescente, a última voz que parece importar é, de fato, a deles. (RIZZINI, 2004, p.54)

Com o objetivo de pensar estratégias que deem espaço a outros modos de narrativas, diante do cenário dos serviços de acolhimento e as práticas de trabalhos estabelecidas que, muitas vezes, favorecem mais um olhar na perspectiva do controle, é proposto o método criado pelo Instituto Fazendo História.

Cabe destacar que o documento “Orientações técnicas: serviços de acolhimentos para crianças e adolescentes”(2009), importante norteador do trabalho desenvolvido nos serviços de acolhimento, por influência do Projeto Fazendo Minha História, incluiu a seguinte recomendação:

Sempre que possível, a fim de promover um sentido de identidade própria, a criança e o adolescente – com apoio de um educador/cuidador, família acolhedora ou pessoa previamente preparada – devem ter a oportunidade de organizar um livro de sua história de vida que reúna informações, fotografias e lembranças referentes a cada fase da sua vida, ao qual poderão ter acesso ao longo do seu ciclo vital. Este livro deve ser produção da própria criança ou adolescente, com fotos e outras criações de sua autoria. No momento do desligamento esse registro deve fazer parte dos objetos pessoais que a criança ou adolescente levará consigo. (item 3.5.3, p.52)

O método de registro das histórias de vidas em álbuns, com a proposta de “proporcionar meios de expressão para que cada criança e adolescente que está em instituições de acolhida possa entrar em contato, conhecer e registrar sua história de vida” (INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA, 2008, p. 11), pode ser utilizado como uma das ferramentas para favorecer o protagonismo deste público.

As estratégias do projeto são a implementação de uma biblioteca de qualidade, processos de formação de educadores e voluntários para o trabalho de mediação de leitura, espaços de expressão(semanais) para a confecção de álbuns pessoais individualizados e reuniões de discussão de casos entre a equipe do abrigo e do programa. (INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA, 2008, p. 11)

Dessa forma, no primeiro momento, a partir da doação de livros, é montada uma biblioteca no serviço de acolhimento para o trabalho de mediação de leitura. Por intermédio dos livros, a criança e o adolescente são introduzidos a novas narrativas capazes de ajudá-la a pensar sobre suas próprias questões.

As primeiras ações realizadas no serviço de acolhimento são oficinas de sensibilização com os educadores. Esses profissionais, responsáveis pelos cuidados diários junto às crianças, são atores fundamentais para que esse trabalho dos registros das histórias de vida em álbuns.

Devido à ausência de afirmação de potências profissionais dos educadores dirigidas para um trabalho que considere as individualidades de cada criança e adolescente, a massificação dos cuidados torna-se, muitas vezes, o modo de trabalho. Diante deste cenário, o método do Projeto Fazendo Minha História propõe que, quando não é possível que os próprios educadores realizem essa função no dia a dia, sejam realizadas também formações de colaboradores.

Em relação a essa formação dos colaboradores, a preparação inicial consiste em encontros que abordam os seguintes temas: os princípios do projeto e o cotidiano das instituições de acolhimento, a temática da mediação de leitura e a prática do registro dos álbuns. Após essa preparação inicial é feita uma seleção dos colaboradores, sendo um dos principais avaliadores a motivação para a inserção no programa. “É importante que cada colaborador tenha clareza das motivações que o levam a participar do programa, permitindo assim um relacionamento mais profissional com o trabalho e um maior alinhamento de expectativas” (INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA, 2008, p. 13).

O álbum construído pela criança ou adolescente lhe pertence e o acompanha mesmo com o desligamento da instituição de acolhimento. O adulto que trabalha com o jovem o convida a se expressar, entrar em contato com seus medos e desejos e ir se percebendo como protagonista de sua história. O livro Formação de profissionais em serviços de acolhimento, do Instituto Fazendo História (2011), traz a importância desse trabalho de registro:

O ato de escrever – de construir uma narrativa através de palavras que traduzam o que foi observado, escutado, vivenciado – é um ato de reflexão. Ao registrar, encontramos sentido, formulamos questões, temos ideias e a chance de mudar pontos de vista e condutas. O momento de parada necessário para um registro como esse nos convida a pensar e sentir o impacto da experiência do cotidiano sobre nós. Ao escrever sobre um episódio difícil vivido com uma criança, fazemos um contato mais demorado com o que se passou e com a própria criança, sem a pressa da situação em ebulição. Criam-se condições para lembrarmos da história da criança e como de algum modo sua história se fez presente naquele momento de crise. Pode-se também lembrar a maneira como a situação foi conduzida e o que nos mobilizou nessa direção. Assim, aquilo que emocionalmente estava difícil de ser discriminado pode encontrar no registro a possibilidade de uma reorganização e melhor compreensão do fato. Por isso, a importância de ter um espaço dentro da rotina do trabalho para o registro, de modo a permitir que todos os trabalhadores do abrigo possam se valer dessa ferramenta. (INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA, 2011, pg.65)

O vínculo recebe destaque especial no referido projeto: “a construção de uma relação entre o colaborador e a criança é o ponto de partida e a base de todo o trabalho. Através dos encontros, busca-se construir um vínculo de afeto, respeito e confiança.” (INSTITUTO

FAZENDO HISTÓRIA, 2013, p.312). A relação afetiva, ou a disponibilidade para ela, do adulto com a criança ou o adolescente é a condição para que surja uma boa comunicação que abra espaço para a expressão das lembranças. Quanto utilizo o termo “expressão das lembranças” não me refiro a algo cristalizado no passado, mas pensando o ato de lembrar como um modo de criar mundos, inventar-se.

Como exemplo da dinâmica entre a criança ou adolescente e seu colaborador durante a elaboração das páginas do álbum, menciono a atividade sugerida pelo Instituto: “a verdadeira história?”. A proposta é que o colaborador leia junto ou para a criança e o adolescente o livro “A verdadeira história dos três porquinhos”, que narra à versão do lobo mau sobre os episódios junto aos porquinhos. O objetivo é criar um debate e trazer questões como: Será que esta história do lobo é verdadeira? Será que as histórias não parecem diferentes quando contadas por pessoas diferentes?

A proposta permite o exercício de sustentar as diferentes narrativas sobre uma mesma história e fazer com que a criança e adolescente que, pela condição do acolhimento tem suas histórias de vida constantemente contadas por diversos atores do Sistema de Garantia de Direitos, possa entender que existem diversos modos de se entender uma mesma história. Tal exercício é um convite para que elas possam dar lugar a como entendem e sentem os episódios de sua vida, sem que o outro avalie seus relatos - é comum nos espaços do campo dos direitos das crianças e adolescentes, como sendo verdadeiros ou não.

Para além de narrar verbalmente, a possibilidade de registrar em algum lugar suas memórias, afetos e desejos, pode contribuir não só para um processo de elaboração naquele momento presente, mas como um meio de acessar essas lembranças futuramente e fazer novas composições com elas.

Muitas crianças e adolescentes que tiveram a experiência da elaboração do álbum demonstram, por meio de gestos com os álbuns – agarrando-o ou acariciando-o-, a perspectiva de cuidado junto a esse objeto que representa para além de um meio de expressar sua história, mas como um espaço que é só deles. Assim como no exemplo de Antonio²⁰, que apesar da passagem por diferentes serviços de acolhimento – situação essa em que vários objetos são perdidos, relatou que o álbum continuava sob os seus cuidados.

A produção do álbum se aproxima da ideia de narrativa proposta por Walter Benjamin, que parte do pressuposto de que “ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada, como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do

²⁰ Adolescente mencionado na página 55.

narrador para em seguida retirá-la dele.” (BENJAMIN, 2000, p.205). Diante do exposto, podemos pensar a prática do registro das histórias de vida das crianças e adolescentes em álbuns como uma possibilidade de revisitar seu passado, dando espaço também ao esquecimento, com o intuito de construir uma história no por vir.

CAPÍTULO III: OS LAMPEJOS DOS VAGALUMES

Ruas tortas exigiam dele uma história feita por ginga e astúcia. (Baptista, 2001, p.197)

Um abrigo, muitas histórias

A infância não é um tempo, não é uma idade, uma coleção de memórias. A infância é quando ainda não é demasiado tarde. É quando estamos disponíveis para surpreendermos, para nos deixarmos encantar(...)A verdade é que mantemos uma relação com a criança como se ela fosse uma menoridade, uma falta, um estado precário. Mas a infância não é apenas um estágio para a maturidade. É uma janela que, fechada ou aberta, permanece viva dentro de nós.
(Mia Couto)

Após propor algumas sombras, podemos ver os lampejos das luzes dos vagalumes. No ano de 2014, participei de uma pesquisa desenvolvida pela professora Lidia Levy, sobre a experiência do estágio supervisionado em uma instituição de acolhimento. Utilizando o método de registros das histórias de vida, verificamos que a relação com o colaborador e a feitura do álbum possibilitava às crianças e aos adolescentes uma apropriação de suas próprias histórias.

Cabe destacar que a utilização desse método no abrigo Aldeias Infantis SOS²¹, em Jacarepaguá, teve início após solicitação da Juíza de Direito do território, com o objetivo de possibilitar às crianças encaminhadas para adoção levar consigo os registros sobre suas histórias de vida. Ressaltamos também que no período citado houve um aumento de adoções internacionais. Sendo assim, havia um entendimento que a elaboração dos álbuns poderia auxiliar no processo de adoção.

Quando o grupo do qual eu fazia parte entrou no abrigo Aldeias Infantis SOS, conforme exposto anteriormente, devido à problematização sobre a restrição do trabalho só com crianças e adolescentes em processo de adoção, a orientação que foi dada pela professora e coordenadora do grupo era de que faríamos o trabalho independentemente de qual processo a criança e o adolescente se encontravam: reintegração familiar, adoção ou manutenção do acolhimento. Evidenciou-se, logo no início do nosso trabalho naquele abrigo, os óbices encontrados pela lógica antes estabelecida e a necessidade de mudança de perspectiva devido ao estigma criado sobre o trabalho e a ideia de que os registros eram somente para aqueles que seriam colocados em famílias substitutas.

²¹ O referido abrigo ficava localizado no bairro Jacarepaguá, porém, alguns anos após essa atividade, o serviço foi desativado.

Assim que entramos no abrigo, as crianças e adolescentes nos rondaram para saber o que faríamos ali e quando respondemos explicando sobre o trabalho, logo escutam: “eu quero fazer o álbum, eu quero ser adotado”. Na conversa convocada pela diretora do abrigo, conosco e com os acolhidos, explicamos que entendíamos que todos que estavam ali poderiam contar e registrar suas histórias, caso tivessem interesse.

Após a explicação de como seriam os encontros, pedimos para levantar a mão quem gostaria de participar do projeto e nesse momento, Paulo é um dos adolescentes que levanta a mão. Quando anunciamos que iríamos fazer uma divisão entre os colaboradores e os interessados, Paulo expressou que gostaria de fazer o trabalho comigo e uma outra adolescente, Ivone, também apontou para mim. Na hora, não entendi o porquê desse endereçamento, porém, após os primeiros encontros, ambos, de formas diferentes, explicaram que dizia respeito a minha idade, por parecer mais nova e, a partir de seus entendimentos, estaria mais próxima a eles.

Também como orientação de trabalho, a coordenadora da pesquisa explicou-nos da importância de que não procurássemos saber informações sobre as crianças e adolescentes por meio dos profissionais e do processo jurídico, e sim como elas viam suas histórias de vidas. Desta forma, só após a finalização do álbum, poderíamos obter essas outras informações. Tal recomendação fez muita diferença no processo de elaboração dos álbuns, os acolhidos sentiam-se a vontade para relatarmos como queriam suas histórias, sem a preocupação do outro julgando se era verdade ou não, e para nós, colaboradores, nos permitia-nos uma escuta mais livre.

No trabalho individual com estes adolescentes, entre 12 e 13 anos, que estavam passando por longos períodos de acolhimento e circulando por diferentes abrigos, pôde-se perceber a importância de uma atenção sobre suas histórias de vidas, no sentido de dar lugar para diferentes acontecimentos e sentimentos.

A partir do vínculo conosco, colaboradores, e da confiança que depositavam, os adolescentes conseguiam expressar suas relações afetivas, o que evidenciava, por exemplo, a diferença da forma como seus familiares apareciam nos processos jurídicos, geralmente como negligentes ou que abandonaram os filhos. Já na perspectiva deles, aqueles familiares podiam continuar ocupando um espaço importante em suas vidas, recordando os vários momentos em que foram carinhosos com eles, sentindo-se queridos. Esse tipo de situação demonstra como é relevante dar espaço ao modo como eles veem suas relações familiares e como o fato de tomar como base somente o relato jurídico pode ser prejudicial para a criança ou adolescente acolhido.

Apesar das fotos não serem o ponto central do álbum, era notável a importância que elas ganhavam para alguns desses adolescentes que nunca tiveram um retrato ou que tiveram, mas perderam por conta da passagem por diferentes lugares. Para muitos deles, saber que futuramente poderão mostrar para outras pessoas como eles eram ou apontar indivíduos que foram importantes para eles em certo período de sua vida, parece ajudá-los a concretizar o que estão vivendo no agora.

Há também na técnica, sugestões de atividades que dão espaço aos relatos sobre o próprio período de acolhimento e sobre as relações estabelecidas naquela instituição. Sobre os vínculos criados nos serviços de acolhimento, “surge, a partir deles, a possibilidade de cada criança e adolescente compreender e elaborar sua história familiar e individual, além de promover novas oportunidades de garantia à convivência familiar e comunitária” (INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA, 2013, p.51).

Cabe destacar, que no contexto dos abrigos, devido à provisoriedade da medida, as crianças e adolescentes, lidam constantemente com despedidas, quando eles ou os amigos são desligados do serviço.

Encerrar uma experiência, uma fase da vida ou uma relação pode ser vivido como algo ameaçador e angustiante. Por vezes, crianças e adolescentes acolhidos viveram separações abruptas de suas famílias e não tiveram a oportunidade de se despedir e de elaborar essa situação. Por isso, é fundamental que os vínculos criados no abrigo sejam valorizados, dando a oportunidade de a criança ou o adolescente viver a despedida como um encerramento de um ciclo, e não como mais um rompimento do laço afetivo. (INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA, 2013, p.141)

A convivência com os educadores e as outras crianças/adolescentes é capaz de produzir muitos vínculos importantes, potentes e transformadores para os acolhidos que vivem ali, e devem ser valorizados nos registros do álbum.

Meus encontros com Paulo

No primeiro dia no abrigo me chama a atenção que, apesar dos altos muros que rodeavam o abrigo, ali no meio da instituição, o espaço enorme com grama virou campo de futebol, os meninos brincavam, entre eles Paulo. A bola cai no meu pé e eu lanço a bola de

volta para o campo. Chuto com força, por conta da distância, e a bola quase entra no gol, logo os meninos começam a perguntar se eu jogava futebol e, a partir desse momento, algo se estabelece ali.

Após ter sido escolhida por Paulo para construir junto com ele o registro da sua história, imaginei que instantaneamente ele começaria a relatar sua história já no primeiro encontro. Entretanto, nos três primeiros dias em que fui ao abrigo, sentava ao meu lado e ficava em silêncio e mesmo que eu tentasse introduzir algum assunto, ele permanecia calado.

Diante desse cenário, frustrada por ainda não ter iniciado os registros do álbum, após levar para a supervisão tal contexto, pude perceber que Paulo já estava comunicando alguma coisa ao ficar ao meu lado em silêncio. Ao analisar as cenas, percebi que antes da minha chegada e após minha saída, Paulo jogava futebol, ou seja, precisava falar sobre isso com ele, para que no nosso encontro a bola permanecesse em jogo.

Por sorte, Paulo era flamenguista. Sorte porque é meu time também, e por ser filha de um flamenguista fanático, acompanhei e ainda tinha informações sobre esse time. Quando comecei a conversar com ele sobre futebol, descobrimos um ponto em comum, o jogador preferido de ambos era o Léo Moura. E quando cada um explicou o motivo desse jogador ser o preferido, outra perspectiva nos aproximava: os dois consideravam o Léo Moura um jogador que sabia trabalhar no coletivo.

Ganhar a confiança de alguém não é fácil, Paulo me ensinou isso, quando somente após uma aposta se eu seria capaz de subir na árvore que tinha dentro do abrigo, eu subi na árvore, ele nos considerou prontos para essa troca de histórias. Poderia dizer que a relação se estabeleceu a partir de etapas: sustentar o silêncio, Léo Moura e árvore. Os primeiros registros de Paulo diziam respeito ao Flamengo, e foi por intermédio desse tema, que começamos a abordar outros assuntos.

Em um de nossos encontros, pergunto se Paulo tivesse oportunidade de convocar jogadores para seu time, como seria sua escalação. Em seguida, ele começa a fazer o seu desenho colocando seus amigos do abrigo e alguns primos em suas posições no campo, e ele enquanto lateral direito. Nesse dia, ele pode falar sobre os vínculos importantes estabelecidos ali no serviço de acolhimento, e como, integrantes da sua família ainda estavam em campo.

Atinente às amizades estabelecidas naquele espaço, Paulo começou a falar sobre seus receios diante da possível saída de um dos seus melhores amigos do abrigo, Elton. Considerando que essa é uma das realidades para quem está por um longo período nesse tipo de serviço e as possíveis rupturas abruptas já vividas por eles, para pensar outras formas de viver e elaborar essas saídas, sugeri que fossem realizados registros dessa amizade. Para além

da foto tirada dos dois e da carta feita por Elton que foi colada no álbum, por solicitação do Paulo, fizemos um vídeo do amigo falando sobre o que levou os dois a serem amigos.

Palavras escritas, fotos, vídeos, passaram a compor não só o álbum de Paulo, mas seu presente com essas demonstrações de afeto, vividas e registradas no agora.

Aos poucos Paulo começou a falar sobre seu passado, na linha do tempo elaborada por ele sobre sua história de vida, os anos destacados foram o ano que nasceu, quando passou a jogar futebol e quando foi acolhido no abrigo e passou a ser um jogador federado de um time de futebol. Na sua narrativa, apesar das dificuldades do período em que foi acolhido, foi a partir de sua entrada nessa instituição que surgiu a oportunidade de integrar esse time de futebol.

Quando começamos a falar sobre como aprendeu a jogar futebol, ele me fala sobre seus registros afetivos, de gols e faltas, quando junto com o tio e os primos jogavam bola na rua. Sua família, de algum modo, sempre fazia parte de seus relatos, porém, um dia resolveu fazer algumas páginas do álbum somente sobre ela. No primeiro desenho que confeccionou, Paulo desenhou uma casa e todos os integrantes de sua família pai, mãe e irmãos dentro dela, logo após, ficou em dúvida sobre onde ele entraria naquele desenho. Após alguns minutos, Paulo se desenhou em cima do telhado. Sua irmã mais velha, junto com ele, foram os únicos dos irmãos acolhidos em instituições de acolhimento, apesar de estar no abrigo, como ele, na sua visão, ela ainda estava dentro da casa. Na página seguinte do álbum Paulo quis colar as fotos 3x4 que tinha dos irmãos menores e da sua irmã.

Quando tive acesso a alguns documentos do processo de Paulo, ao final do trabalho, obtive as informações que o seu pai não convivia com sua família há muito tempo e os seus dois irmãos mais novos haviam sido adotados alguns meses antes desse trabalho do álbum.

Podemos imaginar muitos motivos para Paulo se desenhar em cima do telhado. No momento pensei, que ele, necessariamente, estava se sentindo excluído de sua família, mas aguardei até ele finalizar o desenho e perguntei porque ele estava ali e tive enquanto resposta: porque esse é um desenho da visão que eu tenho da minha família, lá de cima, eu vejo melhor. A partir desse assunto, Paulo começa a falar que não gostaria de ser adotado por outra família, porque apesar de reconhecer que sua mãe não podia cuidar dele, futuramente, mais velho, pretendia poder ajudar e visitar sua família biológica.

Sendo esse o projeto do Paulo, ele começa a me contar sobre sua rotina e começa a fazer os registros sobre o que faz em cada parte de seu dia. O que para uns pode parecer chato, ele dizia que adorava a organização das atividades do colégio e do abrigo. O tempo para jogar

futebol estava reservado em dois momentos de seu dia, claro, o se tornar jogador, era um plano para futuro, mas vivido já no agora.

Uma das orientações do método do Fazendo Minha História, é deixar claro desde o início que o trabalho teria prazo para ser concluído e a finalização do álbum deveria ser feita de forma gradativa. Começar a me despedir de Paulo não foi fácil. No penúltimo dia, quando sugeri para a última página do álbum um registro sobre como foi a elaboração do álbum, ele disse que gostaria que eu fizesse uma carta para ele e que colocasse uma foto nossa ao lado da carta.

A proposta dele foi muito importante, eu precisava também elaborar como esses encontros com ele me afetaram e transformaram- encontros de histórias e todos os passados, presentes e futuros, e elaborar essa finalização do trabalho. Sendo assim, após contar como foi essa experiência, finalizei a carta com uma frase que não saía da minha cabeça que dizia que cada pessoa que passa em nossa vida não nos deixa só, pois leva um pouco da gente e deixa um pouco dela, e que esta é uma das mais belas responsabilidades da vida, proporcionar esses encontros.

Ah... não à toa agora, me recordo que ao final do trabalho, a foto que ele escolheu para a capa do álbum é uma foto dele pendurado de cabeça para baixo em um dos brinquedos que tinha no abrigo. Também podemos supor inúmeros motivos para essa escolha, porém, diante da discussão desse trabalho, podemos propor que as histórias podem ser contadas por diferentes pessoas e de diferentes ângulos, o que ele escolheu foi de cabeça para baixo.

Meus encontros com Ivone

Como mencionado anteriormente, fizemos uma apresentação sobre a proposta do trabalho a fim de que as crianças e adolescentes pudessem manifestar o desejo de participar ou não. Logo nesse encontro inicial, Ivone foi a primeira a afirmar que gostaria de elaborar o álbum, e apontou para mim como a pessoa que gostaria que a acompanhasse nesse processo.

A este respeito, lembro que, após o primeiro contato, mencionei na supervisão do estágio minha preocupação em relação à sua expectativa para me escolher de forma

instantânea. Era a primeira vez, na condição de estudante de psicologia, que teria contato com a história de outra pessoa. Diante da preocupação, achando que podia controlar de algum modo o medo, preparei várias propostas de atividades para os primeiros encontros. Sem dúvidas, nada saiu como eu planejava. E isso foi ótimo.

Um dos primeiros comentários da Ivone foi: “Tia seu cabelo é tão bonito”. Isso de algum modo ficou registrado, mas não consegui elaborar, naquele momento, sobre o que era apresentado com essa fala. Sendo assim, agradei o elogio e continuamos nossa conversa. Diferente do outro adolescente com quem eu estava trabalhando, Ivone no início demonstrou grande interesse nas atividades, mas com o passar do tempo, sua motivação oscilava.

Percebia que muitas questões estavam confusas pra ela, entre as mais citadas, a relação com a sua mãe: às vezes falava que a odiava, em outros momentos, demonstrava indiferença. Na primeira página do álbum ela escolheu fazer a atividade “carteira de identidade”, após preencher seu nome e a data do nascimento, onde a sugestão era colocar o nome dos pais, riscou “mãe” e “pai” e colocou “avó” e “avô”. Logo após essa manifestação, acredito que diante da minha surpresa, achou que precisava justificar o motivo desta mudança e começou a narrar um pouco da sua relação com sua mãe que, segundo Ivone, faltava com os cuidados com ela. Reconheço que meu sentimento, após os relatos, era de raiva dessa mãe.

Nos desenhos feitos por Ivone, a adolescente sempre se desenhava com um cabelo longo e liso, como os meus. Ivone era negra e tinha o cabelo crespo e curto. Acho que essa foi a primeira vez que pude observar os efeitos do racismo e da colonização do desejo. Cabe destacar que até a conclusão da graduação em psicologia, não tive acesso a nenhuma disciplina que abordasse o racismo, buscando racializar os discursos. Tal fator, não me permitiu escutar, com a dimensão que merece este assunto, sobre esse desejo de Ivone de ter o cabelo diferente do que ela tinha.

Na supervisão pude perceber que esse encontro me trouxe importantes questões: sobre o meu estranhamento diante de outras possíveis formatações de família, que não mãe e pai; a perspectiva do que é cuidado, referenciados na minha experiência pessoal; a responsabilidade dos cuidados atribuída exclusivamente à mãe; e sobre a minha naturalização dos discursos racistas. Com o tempo, pude perceber que, para além de problematizar minhas práticas, precisava entendê-las como construção de um sistema racista e machista, que reconhece as mulheres como as únicas responsáveis pelos cuidados dos filhos.

No meio do processo da elaboração do álbum, um dia, chegando ao abrigo, encontro Ivone chorando e discutindo com vários profissionais do serviço. Quando pergunto o que aconteceu, ela narra o episódio que viveu naquele dia na sua escola. Ivone explica que após

algumas brincadeiras junto às amigas na sala de aula, foi encaminhada pelo professor para a direção. Enquanto estava aguardando para falar com o diretor, um profissional da direção se aproximou dela e perguntou se ela gostava de morar no abrigo e quando respondeu que sim, ele retrucou que sua família devia maltratar muito ela para gostar de viver em um lugar como aquele. A adolescente que até então só expressava raiva de sua mãe, se emocionou ao dizer que aquele profissional não poderia falar sobre sua família daquele modo.

A cena narrada pela Ivone sobre o profissional da escola, demonstra como as práticas de normalização estão inseridas na nossa lógica, resultado da nossa sociedade racista e machista. A adolescente ainda acrescentou que era constantemente referida na escola como “a menina do abrigo”.

Apesar do duro relato, após esse episódio, Ivone expressou que gostaria de fazer uma página do álbum com sua árvore genealógica. Durante a confecção do desenho, começou a problematizar como colocaria os avós maternos, na área correspondente a eles, sem antes colocar o nome da mãe, na outra área. Após alguns minutos de reflexão, desabafou: “eu tenho raiva da minha mãe pelas vezes que ela me chateou, mas ela não deixa de ser minha mãe e ninguém pode falar mal dela”.

As suavidades vividas por Ivone estavam nas relações com suas amigas do serviço de acolhimento e nas discretas demonstrações afetivas por um garoto por quem ela estava apaixonada. Em relação às amigas, demonstrava grande carinho por elas e inseria nos registros do álbum, memórias sobre essas amizades. Para além das diversas fotos com duas meninas, descritas por ela como suas melhores amigas, estavam também relatos de histórias que vivenciaram juntas naquele período do acolhimento. Quanto aos registros relacionados ao “paquera”, Ivone pediu que os guardassem em segredo e colocamos em um envelope que estava colado no final do álbum.

Em relação às perspectivas de futuro, foi possível perceber como o encontro com o sistema de justiça atravessava suas intenções. Uma das frases que colou no álbum dizia respeito à importância de seguir os passos da justiça e entre as possibilidades de profissões em que se imaginava estava: delegada ou marinheira.

Diferente da experiência de finalização do trabalho que pude vivenciar junto ao Paulo, com Ivone esse processo se deu de forma abrupta e violenta. Cheguei ao abrigo e fui informada que ela havia evadido no dia anterior junto a outras adolescentes. Não foi fácil, com o recurso da supervisão pude perceber a frustração que senti com essa interrupção, mas, também, a importância de entender os limites deste trabalho e considerar os conflitos que a adolescente estava vivendo. Deste modo, deixei no abrigo o álbum com um recado para

Ivone, na expectativa que, caso ela retornasse para buscar seus pertences, ele seguisse junto com ela. Até o último dia do trabalho com Paulo, ela não havia retornado.

Após 5 anos destes encontros, durante uma visita a unidade socioeducativa feminina PACGC pelo Ministério Público, me deparo com Ivone, próximo a completar 18 anos, cumprindo a medida de internação. Paralisei, não sabia se ela se lembraria ou se gostaria de lembrar daquele período, esperei um movimento dela. Ao passar pelos alojamentos, com uma grade nos separando, pergunto como ela e as outras adolescentes estão – de alguma forma acho que minha expressão facial tentava chamar a atenção de Ivone, na esperança de algum retorno – mas ela apenas responde: “está tudo bem”.

Eu queria acreditar que aquela adolescente não era a Ivone. Pensava em algumas frações de segundos “não pode ser ela”, mas quando olhava o rosto, eu sabia que era a Ivone. A direção da unidade, ainda durante a vistoria, entregou a lista nominal das adolescentes. Com a lista nas mãos, meus olhos desceram direto para a letra I e estava lá, Ivone. Não tinha como fugir, eu teria que lidar com essa informação. Não foi fácil experienciar esse duro encontro. Não é fácil ainda.

Ivone agora é mãe de uma menina. Como a história de muitas outras jovens mães que passaram por serviços de acolhimento, em relação aos filhos delas, a história, muitas vezes, se repete. Esse último encontro com Ivone me derrubou. O último lugar que gostaria de reencontrá-la, era naquele espaço. Dessa ferida, uma discussão se fez imprescindível: as violações dos direitos dessas meninas e mulheres irão se repetir enquanto não se olhar para as questões de gênero e para a vida das mulheres na esfera das políticas públicas.

Ao narrar esses encontros com Ivone, me aproximo da ideia de testemunha (GAGNEBIN, 2009). Testemunha devido à necessidade de registrar e transmitir o sofrimento causado pela lógica do nosso sistema, em que muitas crianças e adolescentes de família pobres e negras têm como fluxo a passagem por essas diferentes instituições, até a prisional, devido à continuidade das violações de direitos. O objetivo dessa retomada reflexiva é possibilitar que essa história não se repita infinitamente, para que possamos esboçar outras histórias e possibilitar narrativas diversificadas no presente (GAGNEBIN, 2009, p.57).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"É absolutamente necessário pular no real, atirar-se nele, mexer-se lá dentro, pois é a única maneira de mudar o mundo. A vida é apenas isso: mudar o mundo, transformá-lo, inventá-lo, revolucioná-lo".
Antonio NEGRI in: De Volta: Abecedario Biopolítico.

Com dificuldade de finalizar essa dissertação, precisando arejar e pensar através de outras perspectivas, me aventurei em uma aula de fotografia pela Urca, bairro do Rio de Janeiro. Para além de pensar os registros fotográficos como um dos modos de contar histórias, sempre foi motivo de curiosidade os focos escolhidos por quem fotografa. Em meio aos conceitos da aula, um, em especial, foi ao encontro da conclusão deste trabalho: *ter autonomia sobre o flash*.

Na ocasião, o professor explicou que a prática da fotografia implica no exercício de aprender em quais contextos o fotógrafo deve acionar o flash. Os flash's são utilizados não só quando o ambiente está com pouca luz, mas também quando o objeto da foto está "contra a luz". Tal ideia demonstra a necessidade de sensibilidade do fotógrafo para perceber quando acionar este recurso. Nesta direção, podemos relacionar as ideias apresentadas no decorrer deste trabalho, como também um processo que exige um cuidado sobre quando e onde direcionar as luzes.

Frente aos holofotes apresentados como os processos de judicialização e normalização de um público com recorte étnico racial e classe social específica, diante destas fortes luzes atreladas ao racismo e ao machismo, propus, por meio da discussão teórica sobre a produção destes modelos hegemônicos, fazer uma "contra a luz" a estes holofotes. Para este fim, emergiu a necessidade de discussão, no nível das políticas públicas e da formação social, sobre os processos históricos que produzem os discursos dominantes sobre as famílias atendidas no campo dos direitos das crianças e adolescentes.

Na segunda parte do trabalho, ao propor diferentes modos de se olhar para as narrativas, escolhi pela não utilização do flash com o objetivo de sustentar uma não sobreposição de histórias e localizar as narrativas de modo a evitar os discursos totalizantes. Esta análise também só é possível se forem considerados os jogos de poder e o campo de força de cada narrativa.

A partir do trabalho realizado junto aos adolescentes de um serviço de acolhimento, os jogos de luzes permanecem por meio do método de registro das histórias de vida em álbuns, a ideia é de que esta seja uma das possibilidades de propiciar um espaço onde eles possam contar suas histórias, independente do processo jurídico. Nesta direção, a prática vem fazer sombra possibilitando assistir os lampejos dos vagalumes.

Sobre os registros das histórias de vida, encontramos não só relatos desse meu encontro com as histórias de vida pessoal deles – passado, presente e desejos para o futuro, mas também, o que da história das entidades de acolhimento mudou e o que ainda persiste nas práticas.

A cultura do internamento permanece quando podemos verificar - a exemplo dos casos do Paulo e da Ivone - o longo período de acolhimento institucional de crianças e adolescentes e a massificação dos cuidados direcionados a eles, que pouco dão espaço para as demandas, tempos e especificidades de cada pessoa.

Os relatos não estavam presos em seu passado, a partir do encontro deles enquanto narradores e eu como ouvinte, algo surge: uma terceira história, a história desses encontros, propondo outras maneiras de olhar para seu passado, e assim pensar possibilidades para o presente e o futuro. O trabalho com os adolescentes também demonstra como o espaço do abrigo pode ser potente e de criação de outros vínculos importantes, como os de amizade.

Diante de uma visão, algumas vezes, limitada sobre a realidade das crianças e adolescentes acolhidos nesses serviços - associados necessariamente a pessoas com histórias tristes devido à condição de acolhimento, essa perspectiva pode não dar espaço para as possibilidades por vir daqueles encontros.

Outra questão apontada no decorrer do trabalho é a lógica que incide nos serviços de acolhimento da falta de investimento em instrumentos importantes para a qualificação do atendimento. Frente ao exposto, apontamos que para possibilitar esse espaço de elaboração é necessário investir em condições de trabalho, supervisões e capacitações, que possibilitem que os profissionais que trabalham diariamente com essas crianças e adolescentes possam oferecer esse espaço de escuta.

Na elaboração dos registros para o álbum, foi possível apreender que, apesar dos documentos que faziam parte dos processos jurídicos indicarem narrativas nas quais as mães dos adolescentes apareciam como “negligentes”, nos relatos sobre essas mães, era entendido por eles que a impossibilidade da mãe cuidar podia ser justificada pela fragilidade da mesma e que esta não deixava de ser sua referência familiar.

Diante de diferentes narrativas sobre uma mesma situação, problematizamos a ênfase dada a certas narrativas, documentos oficiais, por exemplo, em detrimento de outras, a saber os relatos das próprias crianças e adolescentes sobre suas histórias de vida. Nesse sentido, o trabalho buscou possibilitar espaços de sombras, frente aos holofotes direcionados a essas famílias, para que sejam vistas e consideradas também as luzes desses vagalumes.

Nessa direção, entendendo a disputa entre narrativas e a relação de poder que interfere em como as histórias são contadas, Gagnebin(1985) ao citar a apropriação benjaminiana de Kafka, refere-se à ideia do autor sobre a necessidade de novas significações:

(...) não temos nenhuma mensagem definitiva para transmitir, que não existe mais uma totalidade de sentidos, mas somente trechos de histórias e de sonhos. Fragmentos esparsos que falam do fim da identidade do sujeito e da universalidade da palavra, indubitavelmente uma ameaça de destruição, mas também – e ao mesmo tempo – esperança e possibilidade de novas significações. (GAGNEBIN, 1985, p.18)

Os encontros narrados no decorrer da dissertação, quando analisados a partir do contexto histórico e político, podem contribuir para uma atenção sobre como nossas práticas, apesar da tentativa de uma visão crítica, também podem favorecer a lógica excludente desse sistema. Nessa direção, nos inserir como parte dessa engrenagem nos possibilita pensar outras possibilidades, conforme propõe o escritor Mia Couto (2011) com a ideia de “desarmadilhar o mundo para que ele seja mais nosso”:

A cilada maior é acreditarmos que as armadilhas estão sempre fora de nós, num mundo que temos por cruel e desumano. Ora, por muito que nos custe, nós somos também esse mundo. E as armadilhas que pensávamos exteriores residem profundamente dentro de nós. Quebrar as armadilhas do mundo é, antes de mais, quebrar o mundo de armadilhas em que se converteu o nosso próprio olhar. (COUTO, 2011, p. 98)

O processo de construção dessa dissertação operou mudanças, no modo de pensar, analisar e problematizar as diferentes experiências no campo dos direitos das crianças e adolescentes. A cada dia dedicado a esta escrita, novas ideias surgiram e atravessaram diretamente a prática profissional, bem como a atuação no campo, me fez urgente a escrita. Chegar ao final desta dissertação, não com respostas definitivas, mas com a proposta de sustentar os jogos de luzes frente às narrativas apresentadas, faz deste processo um desafio e ao mesmo tempo um motor ético-político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, C. O perigo de uma única história. Sitio eletrônico Technology, Entertainment and Design – TED. Vídeo disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br> . Acesso em 01 dez 2017.

AGAMBEN, G. Estado de exceção. Tradução de Iraci D. Poleti. 2ª edição. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III). Tradução Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ALVARENGA, J. M; MARAFON, G.; MOREIRA, T. O. Mulheres e cuidado: além da maternidade e do uso de drogas. In: 4as Jornadas de salud mental y adicciones: diagnóstico actual y desafios em salud mental y adicciones. Anais das 4as Jornadas de salud mental y adicciones, 2017. v. 1. p. 1-13. Buenos Aires, 2017

ALVES, E. O. O discurso do especialista sob o olhar da proteção. In: PIVETES: Encontros entre a psicologia e o Judiciário. Curitiba: Juruá Editora, 2010, p. 99- 115.

ANZALDÚA, G. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. Ensaio da Revista Estudos Feministas. V.8, n.1. Florianópolis, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/issue/view/311/showToc> (Acesso 06 de fevereiro de 2018)

ARANTES, E. M. M. Pensando a psicologia aplicada à justiça. In H. S. Gonçalves & E. P. Brandão. *Psicologia jurídica no Brasil* (pp.15-49). Rio de Janeiro: NAU Editora, 2004

BADINTER, E. Um Amor conquistado: o mito do amor materno. 4a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARSTED, L.L. Lei e realidade social: igualdade x desigualdade. In: As mulheres e os direitos humanos. Rio de Janeiro: CEPIA, 1999.

BAPTISTA, L.A.S. A fábrica de interiores: a formação psi em questão. Niterói: EdUFF, 2000.

_____ A fábula do garoto que quanto mais falava sumia sem deixar vestígios: cidade, cotidiano e poder. In: Maciel, T, Psicologia e Educação: Novos caminhos para a formação. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2001.

BENJAMIN, W. O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. IN: Benjamin, W. Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____ Rua de mão única: Infância berliense: 1900. Edição e Tradução João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 8.069/90, de 13 de julho de 1990
_____ LEI MARIA DA PENHA. Lei N.º 11.340, de 7 de Agosto de 2006.

CASTEL, R. A gestão do risco: da anti-psiquiatria à pós-psicanálise. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

CASTRO, C. Pesquisando em arquivos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CERQUEIRA, D. R. C. et al. Atlas da Violência 2018. Ipea e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Rio de Janeiro: 2018.

COIMBRA, C.M.B. Guardiões da ordem: uma viagem pelas práticas do Brasil do “Milagre”. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

COIMBRA, C. M. B; LOBO, L. F.; NASCIMENTO, M. L. Por uma invenção ética para os Direitos Humanos. Psicologia Clínica. Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 89-102, 2008.

COIMBRA, C.M. B; NASCIMENTO, M.L. Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. In: Subjetividade, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos na formação em saúde. Niterói: EDUFF, 2008.

COIMBRA, C.M.B; AYRES, L.S.M; NASCIMENTO, M.L; EQUIPE PIVETS. Construindo uma Psicologia no judiciário. (p. 25- 38) In: PIVETES: Encontros entre a psicologia e o Judiciário. Curitiba: Juruá Editora, 2010.

COUTO, M. E se Obama fosse africano? 1ªedição. São Paulo : Companhia das Letras, 2011.

DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____Mulheres, cultura e política. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.

DELEUZE, G. _____. “O que é um dispositivo?” In: “O mistério de Ariana”. Lisboa: Veja, 1996. Foucault. São Paulo: Brasiliense, 2005

DIDI-HUBERMAN, G. Sobrevivência dos vaga-lumes. Tradução Vera Casa Nova e Marcia Arbex. Revisão Consuelo Salomé. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DONZELOT. J. A Polícia das Famílias. Rio de Janeiro: Graal, 1980. Recurso eletrônico: <https://craspsicologia.files.wordpress.com/2017/05/donzelot-a-policia-das-familias1-1.pdf>

EUGENIO, F. e FIADEIRO, J. O encontro é uma ferida. Excerto da conferência-performance Secalharidade de Fernanda Eugenio e João Fiadeiro. Lisboa: Culturgest, 2012. Não paginado.

EVARISTO, C. Conceição Evaristo: “minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra”. Entrevista da escritora concedida ao Jornal Nexo publicada em 26 de maio de 2016. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/26/Concei%C3%A7%C3%A3oEvaristo%E2%80%98minha-escrita-%C3%A9-contaminada-pela-condi%C3%A7%C3%A3o-de-mulher-negra%E2%80%99>

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____ Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____ Os Anormais. (Curso no Collège de France, 1974- 1975). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____ A verdade e as formas jurídicas. Tradução Roberto Machado e Eduardo Jardim Morais, supervisão final do texto Léa Porto de Abreu Novaes... et al J. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.

_____ A vida dos homens infames. In: Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.203-222, 2006.

_____ A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972-1973). Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

GAGNEBIN, J.M . Lembrar escrever esquecer. São Paulo: Ed. 34, 2009

_____ "Prefácio". In: W. Benjamin, Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985. P. 7-20. .

GINZBURG: Jaime. A interpretação do Rastro em Walter Benjamin. In: GINZBURG: Jaime e SEDLMAYER, Sabrina (orgs). Walter Benjamin. Rastro, aura e história. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. P. 107-132.

INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA. Guia de ação para colaboradores. São Paulo: Associação Fazendo História, 2008.

_____ Formação de profissionais em serviços de acolhimento. Elage, B., Góes, M. Fiks, M. et Gentile. R. São Paulo: Formação, 2011.

_____ Esta é nossa história! São Paulo: Alaúde, 2013.

JORNAL DO BRASIL. Voz que não pode ser calada: liderança da Maré, Marielle Franco morre denunciando violência policial contra negros e favelados. Caderno Cidade. Rio de Janeiro, 15 de março de 2018.

LEMOS, F.C.S; GALINDO, D. C. G; COSTA, J. M. Contribuições de Michel Foucault para analisar documentos e arquivos na judicialização/jurisdicialização. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 19, n. 3, p. 427-436, 2014 . Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141373722014000300008&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 12 de setembro de 2017.

LEVI, P. Assim foi Auschwitz: testemunhos 1945-1986. Primo Levi com Leonardo De Benedetti; organização Fabio Levi e Domenico Scarpa; tradução Federico Carotti. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LOURAU, R. Implicação e sobreimplicação. In: ALTOÉ, S. (Org). René Lourau: Analista institucional em tempo integral. São Paulo: Hucitec, 2004. p.186-198.

LOWY, M. “A contrapelo”. A concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin. In: Lutas Sociais, São Paulo, n.25/26, p.20-28, 2º sem. de 2010 e 1º sem. de 2011.

MARAFON, G. A maquinaria judicializante e o governo de infâncias desiguais. In: Psicologia em Estudo, Maringá, v.19, n.3, p. 515-526, jul./set. 2014.

MARTÍN- BARÓ, I. Processos psíquicos e poder. Traduzido por Fernando Lacerda. In: *Revista Psicologia Política*. Vol.14, n.31, pp. 591-608, 2014.

MBEMBE, A. Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. 2ª edição. São Paulo: n-1 edições, 2018a.

_____. Crítica da razão negra. São Paulo: n-1 edições, 2018b.

MISSE, M. Quando a polícia mata: homicídios por “autos de resistência” no Rio de Janeiro (2001-2011). Rio de Janeiro: NECVU; BOOKLINK, 2013.

NASCIMENTO, M.L. Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização. *Psicologia & Sociedade*, 24(n. spe.), 2012, pg. 39-44.

_____. Proteção à infância e à adolescência nas tramas da biopolítica. In: "Michel Foucault: O Governo da Infância" In: REZENDE. H. (org.) Michel Foucault: O Governo da Infância" Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

_____. Proteção e negligência: Pacificando a vida de crianças e adolescentes. Rio de Janeiro: Nova Aliança Editora e Papéis, 2016.

NEGRI, A. e HARDT, M. Declaração – Isto não é um manifesto. Tradução: Carlos Szlak. São Paulo: n-1 edições, 2016.

NIETZSCHE, F. Considerações extemporâneas. In:_____. Obras incompletas. Coleção Os Pensadores: seleção de textos de Gérard Lebrun. Tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999, p. 267-298.

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Resolução Conjunta nº 1 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), de 18 de junho de 2009

REVISTA GALILEU. Justiça machista: brasileiras são condenadas pelo crime e pelo gênero. Março de 2018. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2018/03/justica-machista-brasileiras-sao-condenadas-pelo-crime-e-pelo-genero.html>>. Acessado em: 03 de julho de 2018.

_____.Caso de brasileira condenada a 24 anos de prisão é denunciado no exterior. Agosto de 2018. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2018/08/caso-de-brasileira-condenada-24-anos-de-prisao-e-denunciado-no-externo.html>> . Acessado em 13 de agosto de 2018.

RIBEIRO, D. O que é: lugar de fala? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente. São Paulo: Loyola, 2004.

SILVEIRA, D.S. Governamentalidades, saberes e políticas públicas na área de Direitos Humanos da criança e do adolescente. In: REZENDE, H. (org.) Michel Foucault: O Governo da Infância" Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

UNICEF. A Familiar Face: Violence in the lives of children and adolescents. Unicef, 2017.

VAZ, P. Risco e justiça. In: CALOMENI, T. C. B. (org.) Michel Foucault – entre o murmúrio e a palavra. Campos: Editora Faculdade de Direito de Campos, 2004. p. 101-131.

VLOTTI, M.L.R. Apresentação da Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a mulher, 2014. Disponível em:

<http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf>

Acesso em: 28 de agosto de 2017.